

Previdência dos brasileiros sob risco

'Reforma' não acaba com privilégios, mas com a aposentadoria

Luis Macedo - Câmara



Clarissa: "Bancos mandavam com Lula e continuam mandando com Jair Bolsonaro"

"Tirar 2 mil ou 3 mil reais de quem ganha 30 mil não prejudica a qualidade de vida dessa pessoa, mas tirar 100 reais por mês de alguém que ganha 998 reais é uma crueldade. Pedir para que trabalhadoras rurais fiquem até os 62 anos com enxada na mão, debaixo de sol, é crueldade. Querer mexer no BPC é crueldade. Querer não garantir nem um salário mínimo para aposentados e pensionistas é crueldade", denunciou a deputada Clarissa Garotinho (PROS-RJ) na sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), nesta terça-feira (23), no debate sobre a desmonte da Previdência. **Página 3**

Mãe de Assange denuncia que ele está há 14 dias incomunicável

A mãe do fundador do WikiLeaks, Christine Assange, denunciou que seu filho, preso há duas semanas em uma penitenciária de segurança máxima na Inglaterra, está sendo submetido a regime de solitária e sequer pôde contactar seus advogados. **Pág. 6**

Boeing produz avião 787 com falhas graves, revela NYTimes

Reportagem do The New York Times apontou que o modelo Boeing 787 Dreamliner apresenta falhas graves de fabricação. Para o jornal, os problemas são "potencialmente sistêmicos". **Página 7**



Chefe da Casa Civil está oferecendo milhões por voto contra Previdência, dizem líderes partidários

O ataque de Guedes e Bolsonaro contra a Previdência, com a idade mínima de 65 anos (62 para as mulheres), a proibição da aposentadoria por tempo de contribuição - e, ao mesmo tempo, a exigência de 40 anos de contribuição para que o trabalhador possa receber 100% da média das suas contribuições - tornaria a aposentadoria uma ficção: ou o trabalhador não conseguiria se aposentar ou teria, na velhice, proventos de fome. **P. 3**

CCJ: vice-líder do governo admite que PEC sacrifica os mais pobres

Marcelo Camargo - ABR



Comissão votou, atropelando a Constituição e o Regimento

Após 9 horas de discussões, manobras da mesa e muito tumulto, o governo, desrespeitando a Constituição e o Regimento Interno da Câmara, aprovou, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, com 48 votos a favor e 18 contra, a admissibilidade do projeto de desmonte da Previdência Social. **Página 3**



Rafael Luz - STJ

Reiterada pelo STJ a condenação de Lula por corrupção

Por unanimidade, os ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Marcelo Navarro, da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), reiteraram a condenação do ex-presidente Lula por receber propina da empreiteira OAS, sob a forma de um triplex no Guarujá. A pena foi reduzida para oito anos e 10 meses. **P. 3**

O vice-líder do governo, Darcísio Perondi (MDB-RS), acabou admitindo que sairá dos mais pobres mesmo a maior parte dos R\$ 1 trilhão que o governo quer desviar da Previdência. A afirmação foi feita na CCJ da Câmara, na terça-feira. Segundo explicou, os pobres pagarão mais "porque o número de pobres é muito alto". Mas, disse ele, "se for ver na perda per capita, o valor será menor entre os pobres". A "perda per capita" não leva em conta que R\$ 500 a menos pode significar a morte para quem ganha um salário mínimo, e ser insignificante para quem ganhe R\$ 40 mil. **Página 3**

Major Olímpio: "é criminosa" a oferta de R\$ 40 milhões por voto

O líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), classificou como "indecorosa" e "criminosa" a oferta de R\$ 40 milhões em emendas para cada deputado que votar a favor do desmonte da Previdência. "Os partidos têm de se manifestar sobre esse conteúdo da conversa, se ela aconteceu de fato", cobrou. "Porque uma coisa dessa natureza desmontaria tudo", disse o senador. **Pág. 3**

Diretoria da Vale sabia de riscos de Brumadinho, diz engenheiro

Em seu depoimento na CPI de Brumadinho no Senado, o engenheiro de recursos hídricos da Vale Felipe Rocha afirmou que a diretoria da mineradora sabia dos riscos da barragem que se rompeu e deixou 232 mortos e 40 desaparecidos: "Riscos foram apresentados tanto para a diretoria quanto para a diretoria executiva". **P. 4**

Brasil perde 43 mil empregos formais em março

Pág. 2

AEPET pede união com caminhoneiros contra o desmonte da Petrobrás

O presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), Felipe Coutinho, publicou a "Carta ao caminhoneiro brasileiro", conclamando à união entre caminhoneiros e petroleiros "para mostrar à maioria dos brasileiros que é possível, e necessário, reduzir o preço dos combustíveis e que, para isso, temos de evitar a privatização e a desnacionalização das refinarias da Petrobrás". Reproduzimos a seguir a mensagem dos engenheiros da Petrobrás aos caminhoneiros.

"Produzimos petróleo, refinamos e produzimos combustíveis no Brasil, mas a direção da Petrobrás, desde 2016, decide adotar preços proporcionais aos da importação para os combustíveis produzidos nas suas refinarias.

Com preços altos em relação ao custo de importação, o diesel da Petrobrás fica encalhado nas suas refinarias e parte do mercado brasileiro é transferido para os importadores. A ociosidade das refinarias brasileiras aumenta, há redução do processamento de petróleo e da produção de combustíveis no Brasil. Aumenta a exportação de petróleo cru.

Combustíveis produzidos nos EUA são trazidos ao Brasil por multinacionais estrangeiras da logística e distribuídos pelos concorrentes da Petrobrás.

A Petrobrás perde com redução da sua participação no mercado. O consumidor paga mais caro, desnecessariamente, com o alinhamento aos preços internacionais do petróleo e à cotação do câmbio.

Ganham as refinarias dos EUA, as multinacionais da logística e as distribuidoras privadas. Também são beneficiados os produtores e importadores de etanol, com a gasolina relativamente mais cara que perde mercado.

Cabe registrar que apesar do preço do diesel nas refinarias representar cerca de 54% do preço final ao consumidor, impostos são proporcionais e quando o preço varia na refinaria também varia nos postos. Quando se eleva o preço na refinaria, o reajuste ao consumidor é mais rápido do que quando se reduz.

O atual presidente da Petrobrás diz que a solução é a privatização de metade das refinarias da Petrobrás.

Castello Branco afirma "Vender refinarias não é só bom para a Petrobrás. Nós vamos deixar de ser o endereço onde as pessoas batem na porta para reclamar de preço da gasolina, diesel" e acrescentou "Eu não quero mais ouvir essa expressão, 'Ah, a política de preços'". (Reuters, 2019)

Então, estamos assim, com preços mais altos que os custos de importação, apesar de se produzir e refinar no Brasil. Pretendem privatizar e desnacionalizar metade do parque de refino brasileiro para assim não se falar mais de política de preços dos combustíveis. Se o brasileiro quiser reclamar do preço do diesel, ou da gasolina, vai ter que procurar o Papa Francisco. Tudo resolvido? Claro que não.

Ao longo dos anos, motoristas de caminhões fizeram grandes manifestações em vários países, em geral motivados por altos preços de combustíveis. Mas há também um caso patrocinado pela CIA. Assim como no movimento dos caminhoneiros no Brasil, a elevação dos preços dos combustíveis esteve entre os principais motivos para greves históricas em países como Grécia e Colômbia. Mas houve também paralisações que levaram ao reconhecimento de sindicatos e ao estabelecimento de direitos trabalhistas, como nos EUA na época da Grande Depressão. São exemplos históricos: Estados Unidos (1934, 1974, 1979, 1983), Chile (1972), Grécia (2010), Colômbia (2016) e Irã (2018). (Deutsche Welle, 2018)

Somente a Petrobrás consegue suprir o mercado doméstico de derivados com preços abaixo do custo de importação e, ainda assim, obter resultados compatíveis com a indústria internacional e sustentar elevados investimentos que contribuem para o desenvolvimento nacional.

No entanto, a política de preços dos combustíveis e a privatização das refinarias pode impedir que a Petrobrás exerça seu potencial competitivo para se fortalecer e impulsionar a economia nacional com seu abastecimento aos menores custos possíveis.

Caminhoneiros e petroleiros precisam se unir para mostrar à maioria dos brasileiros que é possível, e necessário, reduzir o preço dos combustíveis e que, para isso, temos de evitar a privatização e a desnacionalização das refinarias da Petrobrás."

Brasil perde 43 mil vagas com carteira de trabalho em março



Agência Brasil

O Comércio foi o setor que mais fechou vagas em março (-28.803), seguido da Agropecuária (-9.545), Construção Civil (-7.781), Indústria de Transformação (-3.080) e Serviços Industriais de Utilidade Pública

Inadimplência sobe e atinge 63 milhões de brasileiros, diz Serasa

Com a economia no fundo do poço e o aumento do desemprego, o número de pessoas com dívidas em atraso atingiu 63 milhões no mês de março. Os dados são da Serasa Experian e foram divulgados na quarta-feira (24). Isso significa que 40,3% da população está inadimplente.

Segundo a Serasa, é o maior patamar desde o início da série histórica, iniciada em 2016.

Na comparação com o mês de março do ano passado, houve um aumento de 3,2% no número de brasileiros que não conse-

guiram pagar suas dívidas, mais 2 milhões de pessoas. Em relação a fevereiro, a alta é de 1,2%.

IDOSOS

Com a renda apertada e as tarifas públicas em alta, além do aumento dos medicamentos, a inadim-

plência também cresce entre os idosos com mais de 61 anos: 38,8% deles estavam inadimplentes em março na comparação com março do ano passado.

Entre as pessoas de 36 a 40 anos, 48,5% ficaram sem conseguir pagar suas dívidas.



São 38,8% dos idosos com mais de 61 anos

É o pior resultado para o mês de março desde 2017, segundo dados do CAGED

O Brasil fechou 43.196 vagas de emprego formal em março deste ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados em março (neste quarta-feira (24) pelo Ministério da Economia.

Foi o pior resultado para o mês de março desde 2017. O saldo é resultado de 1.261.177 admissões e 1.304.373 demissões.

Dos oito setores pesquisados, o Comércio foi o que mais fechou vagas (-28.803), seguido da Agropecuária (-9.545), Construção Civil (-7.781), Indústria de Transformação (-3.080) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-662).

Nos Serviços, foram criados 4.572 empregos, "impulsionados pelo sub-setor de Ensino, que abriu 11,7 mil vagas", diz o Ministério. O setor de Transporte e Comunicações gerou 7,1 mil novos postos; a Administração Pública 1.575 vagas e a Extrativista Mineral (528 vagas).

REGIÕES

Das 27 unidades da Federação analisadas, 19 ficaram com saldo negativo, com destaque para Alagoas (-9.636 postos); São Paulo (-8.007), Rio de Janeiro (-6.986); Pernambuco (-6.286) e Ceará (-4.638).

Em todas as regiões o

saldo ficou negativo. A maior queda ocorreu no Nordeste, com o fechamento de 23.728 vagas de emprego com carteira assinada. No Sudeste, foram encerrados 10.673 postos; no Norte, 5.341; no Sul, 1.748; e no Centro-Oeste, 1.706.

O aumento do desemprego vem acompanhado da queda na produção industrial, nas vendas da indústria e do comércio e no setor de serviços, verificadas nos primeiros meses do governo Bolsonaro.

Sem proposta e sem qualquer compromisso em tirar o país da crise, o atual governo só tende a piorá-la, com cortes no orçamento, arrocho nos salários e o ataque à Previdência Social.

As previsões para o crescimento do Produto Interno (PIB) vêm caindo a cada semana e o desemprego só vem aumentando.

IBGE

Segundo o IBGE, são 13,1 milhões de trabalhadores sem emprego no trimestre encerrado em fevereiro. O instituto, ao contrário do Caged, registra não apenas o emprego com carteira assinada. Além disso, considera o subemprego que somado ao desemprego atinge 27,9 milhões de brasileiros.

Diante dessa tragédia, o governo comemora a criação de apenas 179.543 vagas nos três primeiros meses deste ano.

Governo Bolsonaro pretende privatizar metade das refinarias da Petrobrás

A direção da Petrobrás pretende privatizar metade das refinarias da estatal a partir de junho deste ano. O plano será encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) ainda este mês, segundo a estatal informou na reunião com o governo, nesta terça-feira, de acordo com reportagem de O Globo.

De imediato, isso significa que a estatal vai vender a capacidade de refino de 1,1 milhão de barris por dia, perdendo mercado para as multinacionais que adquiriram a metade da capacidade de refino da Companhia.

Em 2018, as 14 refinarias da Petrobrás tinham capacidade de refinar 2,2 milhões de barris por dia.

Para o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Felipe Coutinho, "obrigar a Petrobrás a se desfazer de seus ativos em favor de empresas privadas representa uma ação contra a natureza de uma companhia integrada de petróleo, característica dessa indústria que objetiva a mitigação dos riscos da volatilidade do preço do petróleo e do câmbio, por exemplo. Mas, acima de tudo, é uma agressão à Petrobrás que assumiu riscos ao realizar investimentos de longa maturação, como as refinarias".

"Entregar refinarias ao setor privado irá enfraquecer a Petrobrás, em um movimento na contramão da indústria, em um contexto onde as empresas nacionais de petróleo (NOCs) estão se fortalecendo em todo o mundo, inclusive através da expansão da capacidade de refino, a exemplo

dos países da Ásia (China, Índia, Indonésia, Malásia), da Rússia (Rosneft e Gazprom) e do Oriente Médio", acrescentou Coutinho.

No início do ano, em entrevista à "Globo News", Roberto Castello Branco, o Chicago Boy colocado por Bolsonaro na presidência da estatal, chegou a falar que a Petrobrás deveria ficar com menos de 50% do atual parque de refino e admitiu a venda integral de refinarias (100%).

Segundo a empresa, a estimativa é de arrecadar entre US\$ 10 e US\$ 15 com a venda.

Com a aprovação da Lei nº 9.478/1997, a Petrobrás deixou de ser a executora do monopólio da União nas atividades de refino. Existem 18 refinarias em operação no Brasil, das quais 14 pertencem à Petrobrás.

Em janeiro, a diretoria da Aepet enviou uma carta a Castello Branco refutando suas alegações para a venda de refinarias.

"A alegação de que existe 'monopólio de fato' no setor de refino do Brasil, implicaria na possibilidade de a Petrobrás praticar preços acima do nível competitivo e, mesmo assim, não incorrer em perda de mercado (market share). Essa hipótese é falsa, conforme mostram os dados de perda de participação no mercado da Petrobrás nos anos de 2016 e 2017, quando a empresa perdeu parcela significativa do mercado de diesel (acima de 20%, ou 200 mil bpd) para refinarias estadunidenses, localizadas no Golfo do México, ao praticar preços acima da paridade de importação (PPI), de acordo

com a política de preços iniciada pelo então presidente Pedro Parente".

Continuando, disse a Aepet, "o aumento expressivo da ociosidade do parque de refino brasileiro em 2017 e no primeiro trimestre de 2018 (quando se aproximou de 30%) também comprova a nulidade do conceito de 'monopólio de fato' no refino do Brasil, uma vez que mostra a incapacidade da Petrobrás sustentar preços acima da PPI sem perda de market share. Tal fato revela um outro conceito econômico associado à estrutura de mercado denominada monopólio, o do mercado relevante".

Conforme a entidade, "existem outras refinarias privadas operando no País, que podem ampliar sua capacidade, de acordo com seu apetite de assumir riscos de investimento, assim como a Petrobrás fez, com objetivo de atender ao crescimento do mercado nacional de combustíveis".

Concluindo: "É descabida a exigência de preços internacionais como condição para investimentos no refino. Ainda mais estranho é o desejo de impedir à ação do Estado Brasileiro no setor".

BR DISTRIBUIDORA

Nesta quarta-feira (17), a Petrobrás contratou nove bancos, liderados por JP Morgan e Citigroup, para a operação de venda de ações da BR Distribuidora.

Participarão da operação o Bank of America, Credit Suisse, Santander, HSBC, Itaú Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil.

Desemprego aumenta na Grande SP e atinge 1,8 milhão de pessoas

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 15,5% em fevereiro para 16,1% em março, segundo Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos).

O contingente de desempregados na região foi estimado em 1,772 milhão de pessoas, 61 mil a mais do que no mês anterior.

"Esse resultado decorreu da redução do nível de ocupação (eliminação de 91 mil postos de trabalho, ou -1,0%), movimento atenuado pela saída de 30 mil pessoas (-0,3%) da População Economicamente Ativa - PEA", diz a pesquisa.

Entre os principais setores de atividade que perderam empregos em março estão a Construção (-15 mil), o Comércio e reparação de veículo (-17 mil) e Serviços (-92 mil), na comparação com fevereiro.

A taxa de desemprego do Dieese/Seade é composta pela taxa de desemprego aberto (pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias anteriores à entrevista), que subiu de 12,8% em fevereiro para 13,5% em março, mais a taxa de desemprego oculto (pessoas cuja situação de desemprego está oculta pelo trabalho precário (bico) ou pelo desalento), que passou de 2,7% para 2,6% no mesmo período, totalizando 16,1% em março.

Arrecadação do governo federal cai em março

A arrecadação total das receitas federais somou R\$ 109,854 bilhões em março deste ano, registrando uma queda real (descontada a inflação) de 0,58% em relação a março de 2018 (R\$ 110,493 bilhões, corrigido pela inflação), segundo relatório divulgado pela Secretaria da Receita Federal, na quarta-feira (24).

Este foi o pior resultado para meses de março desde 2017, quando atingiu R\$ 106,299 bilhões (corrigido pela inflação).

Em relação a fevereiro, quando ficou em R\$ 115,06 bilhões, houve queda real de 5,24%.

Além do baixo nível da atividade econômica - IBC

-Br de -1,1% no acumulado de janeiro a fevereiro -, o resultado da arrecadação de março se deve também à queda de receitas com parcelamentos de dívidas tributárias e à redução de arrecadação com combustíveis.

Nos últimos seis meses, a arrecadação diminuiu em quatro, sempre na comparação com o mesmo período do ano anterior: janeiro e março de 2019 e novembro e dezembro de 2018.

No acumulado do primeiro trimestre, a arrecadação totalizou R\$ 385,341 bilhões, um crescimento de apenas 1,09% em relação ao mesmo período de 2018.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSAIS:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Tribunal fixou a pena em 8 anos e 10 meses STJ confirma condenação de Lula por corrupção e lavagem e diminui a pena

Por unanimidade, os ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Marcelo Navarro, que compõem a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), reiteraram, na tarde de terça-feira, a condenação do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva por receber propina da empreiteira OAS, sob a forma de um triplex em uma praia de Guarujá, em São Paulo.

O ministro Joel Ilan Paciornik – que também integra a 5ª Turma – declarou-se impedido de votar, porque um de seus advogados pessoais é também advogado da Petrobrás, que faz parte da acusação a Lula.

Lula fora condenado, em primeira instância, na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, a nove anos e seis meses de cadeia.

Em segunda instância, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), a pena foi aumentada para 12 anos e um mês de cadeia.

Na terça-feira, o STJ reduziu a pena de Lula para oito anos e 10 meses, assim distribuída:

1) Cinco anos, seis meses e 20 dias de cadeia por **corrupção passiva**.

2) Três anos e quatro meses de cadeia por **lavagem de dinheiro ilícito**.

O STJ recusou o pedido da defesa de Lula para que anulasse o julgamento do caso do triplex por falta de provas.

Também recusou o envio do caso à Justiça Eleitoral, de acordo com decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual os casos de corrupção em que houve caixa dois eleitoral teriam que ser julgados pela Justiça Eleitoral.

“Mesmo que se estivesse diante da prática de algum crime eleitoral, não seria possível a remessa da presente ação penal à Justiça Eleitoral. O reconhecimento da existência ou não demandaria revolvimento de matéria fática e probatória, procedimento indisponível e inviável na instância especial [ou seja, pelo STJ], que não examina o mérito da sentença, mas apenas questões de procedimento não constitucionais”, disse o ministro Jorge Mussi.

No entanto, prosseguiu Mussi, não há, no processo, nexo eleitoral.

Em um comentário à defesa apresentada por Lula, o presidente da 5ª Turma do STJ, ministro Reynaldo Soares da Fonseca, disse que “não estou julgando histórias pessoais, pessoas que tiveram em diversas situações condutas sérias, estou julgando apenas se houve a prática imputada pelo Ministério Público”.

O STJ decidiu contra a defesa de Lula em todas as principais questões alegadas, desde a suposta ausência de provas até a exigência de um “ato de ofício” de Lula em benefício da OAS, para que fosse condenado, além da levantada suspeição do então juiz da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, Sérgio Moro, e da força-tarefa da Operação Lava Jato.

Integra do texto em www.horadopovo.org.br
C. L.

Gov. rouba aposentadorias para privilégios continuarem



Perondi (no destaque) admitiu o sacrilégio do governo contra o povo Vice-líder do governo admite que ‘reforma’ da Previdência é contra os mais pobres

Após 9 horas de discussões, manobras da mesa e muito tumulto, o governo, desrespeitando a Constituição e o Regimento Interno da Câmara, aprovou, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, com 48 votos a favor e 18 contra, a admissibilidade do projeto de desmonte da Previdência Social.

A proposta de Guedes e Bolsonaro foi votada sem que o governo tornasse públicos para a sociedade e para os deputados os números nos quais teria se baseado para elaborar a proposta. Os deputados contestaram, mas o governo não respeitou o pedido para que só se votasse na CCJ com os dados liberados.

A oposição denunciou que os dados sobre a Previdência estavam – e estão – sendo mantidos em sigilo pelo governo para esconder que os mais afetados com a pretendida retirada de R\$ 1 trilhão da Previdência em dez anos, anunciada por Guedes, será a população mais pobre.

Até o vice-líder do governo, Darcísio Perondi (MDB-RS), ao tentar defender o governo, acabou

confessando que é dos mais pobres mesmo que vai sair a maior parte desse R\$ 1 trilhão que o governo quer desviar da Previdência.

Perondi quis explicar que o valor maior será retirado do Regime Geral da Previdência “porque o número de pobres é muito alto”. Mas, disse ele, “se for ver na perda per capita, o valor será menor entre os pobres”. Houve risos na plateia. A oposição ironicamente aplaudiu o deputado pelo fato dele ter confessado que o grosso dos recursos sairá mesmo dos pobres.

A divulgação dos dados não foi feita, segundo Paulo Guedes, porque poderia “afetar o mercado”. Como disse um deputado, “quando os dados vierem a público, a casa do governo vai cair”. Realmente cairá por terra, primeiro a veracidade do ‘rombo’ na Previdência que eles tanto alardeiam e, segundo, a demagogia de que a proposta de desmonte da Previdência visaria “combater privilégios”.

Segundo o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), “ao violar o texto constitucional, o presidente da CCJ só deixou um caminho à oposição: o protocolo de uma Ação Direta de Constitucionalidade”. “Nossa Constituição foi violada”, denunciou. Integra do texto em www.horadopovo.org.br

SÉRGIO CRUZ

Major Olímpio: “é criminosa” a oferta de R\$ 40 milhões por voto pela “reforma”

O líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), classificou como “indecorosa” e “criminosa” a oferta de R\$ 40 milhões em emendas parlamentares, até 2022, para cada deputado que votar a favor da reforma da Previdência no plenário da Câmara.

“Os partidos têm de se manifestar sobre esse conteúdo da conversa, se ela aconteceu de fato. Porque o Bolsonaro se tornou presidente com a bandeira de combate à corrupção e tem manifestado de forma intransigente o seu desejo que não haja o toma lá dá cá”, disse.

Segundo o jornal “Folha de S.Paulo”, a proposta foi feita pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), durante encontro com parlamentares dos partidos da base do governo na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na semana passada. De acordo com o reportagem, deputados do DEM, PP, PSD, PR, PRB e Solidariedade confirma-

ram a oferta. Ver matéria Bolsonaro oferece R\$ 40 milhões a deputados que votarem a favor do desmonte da Previdência

“Deputados teriam ouvido de Onyx a proposta de R\$ 40 milhões de emendas em quatro anos. Eu fiquei estarecido e fiz um pronunciamento no Senado. Em primeiro lugar, ninguém, em nenhuma circunstância, vai ouvir esse tipo de proposta indecorosa e criminosa do presidente Jair Bolsonaro”, completou Major Olímpio para o portal UOL.

“Porque uma coisa dessa natureza desmontaria tudo que foi posicionado e apresentado para a população brasileira”, disse em discurso no Senado. “Somos aliados, mas não somos alienados”, afirmou.

EMPURROES
Na Câmara dos Deputados, a divulgação da proposta de liberação de emendas parlamentares extras, em troca de votos na reforma da Previdência, causou bate-boca e troca de empurrões no ple-

nário da Casa na quarta-feira (24).

O deputado José Medeiros (Pode-MT) tirou o microfone de Aliei Machado (PSB-PR) e ambos se empurraram. O som foi cortado até os parlamentares se acalmarem.

A confusão teve origem quando o deputado João Daniel (PT-SE) disse que os R\$ 40 milhões seriam o preço que Bolsonaro está impondo à Casa, “para aprovar um projeto contra o povo trabalhador”. Enquanto ele falava, deputados da base gritavam que as acusações deveriam ser provadas.

O clima esquentou de vez quando o deputado Daniel Freitas (PSL-SC) disse que as declarações eram ofensivas e que o petista teria que provar o que acusava. “O senhor vai ser levado ao Conselho de Ética. Porque não é aceitável que esteja acostumado com um governo corrupto”, disse Freitas ao microfone.

Integra do texto em www.horadopovo.org.br

Bolsonaro vai condecorar advogado dos 9 militares que assassinaram o músico Evaldo

O Ministério da Defesa vai condecorar o advogado que defende os nove militares envolvidos na fuzilaria que assassinou o músico Evaldo Rosa, em Guadalupe, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Paulo Henrique Pinto Mello, que defende os militares, consta da lista de 300 nomes que vão receber a honraria publicada no Diário Oficial da União (DOU) na terça-feira (16). Ele receberá a Medalha da

Vitória, que é concedida a ex-combatentes da Segunda Guerra ou de missões de paz, além de civis que prestaram serviços relevantes na avaliação do Ministério da Defesa. Paulo Henrique é militar da reserva.

O governo alega que a homenagem já havia sido determinada em 15 de março, antes do advogado assumir o caso dos nove militares. Entretanto, a portaria que valida os nomes dos condecorados foi

assinada pelo ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, no dia 12 de abril. A ação que vitimou o músico aconteceu no dia 7 de abril. A solenidade de entrega da medalha deve acontecer no dia 8 de maio.

Paulo Henrique tentou soltar seus nove clientes da prisão, mas o pedido de habeas corpus foi negado pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Integra do texto em www.horadopovo.org.br

“Idade mínima” e 40 anos de contribuição é flagelar o trabalhador

O ataque de Guedes e Bolsonaro à Previdência passou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara – o que quer dizer apenas que a maioria dos deputados da comissão acharam que era admissível que, em seguida, ele fosse analisado pela Casa.

Normalmente – se fosse um projeto ou emenda constitucional normal – sua tramitação começaria, de verdade, agora, com o exame de seu conteúdo. A passagem pela CCJ, na maioria dos casos, é um trâmite mais formal do que real.

Entretanto, não foi o caso da emenda constitucional votada na sessão da CCJ de terça-feira.

O projeto de Guedes e Bolsonaro passou às custas de um imenso desgaste, onde foi evidente que o governo não tem qualquer base real, racional, social – ou seja, que diga respeito aos interesses do país e de seu povo – para propor esse crime.

Não é uma figura de linguagem. A emenda constitucional de Guedes e Bolsonaro acaba, rigorosamente, com a previdência pública.

Não estamos, aqui, falando da famigerada “capitalização” – essa, até o próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia, garante que não passa (“O sistema chileno não vai ser aprovado aqui na Câmara dos Deputados”).

Nos referimos a outra coisa: mesmo sem a “capitalização”, os critérios de “idade mínima” para se aposentar, que estão na emenda, são um modo de matar o trabalhador antes que ele se aposente – ou logo depois.

Aliás, se existe algo que ficou desmoralizada, durante a discussão na CCJ, foi a fraude, a vigarice, de que a necessidade de uma suposta “reforma” da Previdência era o combate aos privilégios.

Que privilégio a emenda de Guedes suprime?

Nenhum. Rigorosamente, trata-se de um ataque aos que trabalham – e, muitas vezes, também aos que estão na miséria.

No aperto – ou, se o leitor preferir uma expressão mais elegante: em meio ao embate – até o vice-líder do governo, o quase deputado Darcísio Perondi (na verdade, um suplente, um ex-deputado que não foi reeleito após sua atuação em apoio à “reforma” de Temer), admitiu que o ataque é contra os mais pobres.

Quantos trabalhadores conseguirão, aos 65 anos (ou 62, no caso das mulheres), ter 40 anos de contribuição, para que possam receber **não 100% do que recebem na ativa, mas 100% da média das contribuições**, incluindo as mais baixas – aquelas que foram descontadas no início de sua vida no trabalho, quando o salário era muito mais baixo?

Pois, as condições mínimas de Guedes – 20 anos de contribuição e 65 (ou 62) anos de idade – somente dariam direito, se esse projeto fosse aprovado, a **60% da média das contribuições**.

Há muito, desde o primeiro governo Getúlio Vargas, a palavra “aposentadoria” tem o significado de um provento suficiente para que o trabalhador possa viver sua velhice com alguma dignidade.

Fora isso, trata-se da mera caridade privada ou pública.

É mais ou menos nisso – ou, até, em coisa pior – que Guedes quer transformar a Previdência: no máximo, em um sopão para os idosos; de preferência, em um cemitério.

A aposentadoria, também, por muitos, sempre foi considerada uma espécie de carta de alforria do trabalhador – e somente não entende isso quem jamais trabalhou ou se tornou muito distante do mundo do trabalho.

Pois existe gente que não consegue imaginar o que é acordar, cinco vezes por semana, às quatro

da manhã, levar duas horas ou mais dentro de um transporte superlotado, trabalhar dentro de uma fábrica, no meio do ruído das máquinas durante oito horas (sem contar as horas extras), aguentar um contramestre (quer dizer, um chefe) que zela mais pela empresa do que o dono da empresa, sair zonzão do trabalho, levar mais duas horas dentro do transporte outra vez superlotado – sabendo que vai ter que repetir tudo isso no dia seguinte.

Existe gente que não sabe o que é fazer isso durante trinta anos ou mais.

Existe gente que não sabe o que é aguentar ondas periódicas e constantes de desemprego – e ter que arrumar algum expediente, fazer algum conserto no encanamento ou na instalação elétrica de alguém, para não passar fome, para não ser despejado, para não ver os filhos tangidos para a marginalidade, sem poder contribuir para a Previdência.

Natural, portanto, que os trabalhadores considerem a aposentadoria como uma meta a atingir – e como uma carta de alforria.

O projeto de Guedes é acabar com a possibilidade dessa alforria. O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto, disse algo importante – aliás, essencial – em seu depoimento na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados:

“Reformar a Previdência faz mal para a Previdência. Ninguém é contra aperfeiçoar o sistema, mas existem outros caminhos para isso.”

A Previdência, tal como existe no Brasil, não tem qualquer problema estrutural. Por isso, não precisa de reforma alguma. O que precisa é que deixem de roubar o seu dinheiro.

Desde a Constituição de 1988, houve oito modificações na Previdência e quatro grandes “reformas” – todas elas, contra a Previdência e contra os aposentados. É verdade que nenhuma tentativa foi tão selvagem quanto a atual, onde a falta de vergonha de seu promotor é tanta, que até os números do governo são “sigilosos”.

Na presença de Rogério Marinho, secretário da Previdência de Bolsonaro e Guedes, o presidente da ANFIP relatou: “Ontem recebemos a resposta que fizemos do pedido de informação dos microdados ao governo e os dados não foram entregues”.

Na hora, Marinho nada falou. Depois, deu uma declaração: “Não há sigilo, são documentos preparatórios com restrição momentânea”.

Logo, agora sabemos que a “reforma” de Bolsonaro não é um achaque ao povo. É somente uma “restrição momentânea” ao direito a se aposentar.

Por que “momentânea”? Porque, na verdade, a coisa é pior.

Se com esse critério de “idade mínima” – e 40 anos de contribuição – isso significa que a maioria dos brasileiros largará o couro no trabalho (ou se “aposentará” para passar fome), saiba-se que isso é apenas a “transição” (e, mesmo na “transição”, está embutido um aumento da “idade mínima” a cada quatro anos).

Mas, a “idade mínima” de verdade, Guedes pretende instituir por “lei complementar”, se conseguir tirar a Previdência da Constituição.

Estamos de pleno acordo com o presidente da ANFIP, quando ele diz que, sobre o Regime Geral da Previdência Social, “não tem conversa”.

O que temos a fazer é impedir que esse ataque passe, não inventar “propostas alternativas”, que são apenas a aceitação parcial – e, às vezes, mais do que isso – desse esbulho.

C. L.

“Os bancos mandavam com Lula e continuam a mandar com Bolsonaro”, afirmou Clarissa

A deputada Clarissa Garotinho (PROS-RJ) afirmou, em sua intervenção na sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na terça-feira (23), no debate sobre a desmonte da Previdência, que o Brasil não pode apertar o debate reduzindo a discussão a uma falsa polarização. “Infelizmente, o que está cegando o debate desta reforma, e de tudo que vem por aí, é que parece que o Brasil virou um duelo entre Bolsonaro e Lula, entre o PT e o PSL”, afirmou.

“Como eu disse, o Brasil é muito maior do que isso. Nós não

podemos apertar o nosso País com essa discussão”, observou Clarissa.

“Parece que mudaram as estações, mas, pelo menos na política econômica, nada mudou. A grande verdade – e muitos não têm coragem para enfrentar este debate – é que as elites econômicas, o sistema financeiro, os bancos, comandaram o País e continuam comandando”, denunciou a deputada fluminense.

Leia texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

S. C.

Renildo (PCdoB): “reforma da Previdência é contra o povo”

O deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE) denunciou, na sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da terça-feira (23), os prejuízos que a implantação da idade mínima de 65, além da contribuição mínima, para a obtenção da aposentadoria trará aos trabalhadores mais pobres do Brasil. “Esta reforma prejudica enormemente os trabalhadores que, ao completarem 65 anos de idade, não têm os 15 anos de contribuição”, afirmou. Segundo Renildo, “isso é o resultado da vida difícil que essas pessoas levaram”.

“Nós temos dito que ela fere o direito dos

mais pobres. Mas aqueles que afirmam que ela combate privilégios não citam onde esses privilégios estão”, observou o parlamentar pernambucano. “Esta PEC eleva a idade para 70 anos e, enquanto ele não completar os 70 anos, receberá apenas 400 reais. Isso é um absurdo, prejudica os mais pobres!”, destacou o parlamentar. “Quanto ao abono salarial”, acrescentou Renildo, “o corte entre um e dois salários mínimos prejudica 26 milhões de trabalhadores. Trata-se de um dinheiro retirado da população de baixa renda”. “A reforma é contra o povo, é contra os mais pobres”, denunciou.

Líder do PSB na CCJ: governo esconde os números porque vai prejudicar os mais pobres

O deputado Tadeu Alencar, líder do PSB na Câmara Federal, criticou, na sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na terça-feira (23), o sigilo imposto pelo governo aos números da Previdência e afirmou, que “o mais interessado em conhecer os números em que se apoia a proposta de reforma da Previdência deveria ser o Governo”. “Até parece que não é importante que se conheça onde esse impacto de 1 trilhão de reais acontece”, destacou o parlamentar.

“Por que essas pessoas não estão querendo que fique evidenciado esse número? É exatamente porque o

resumo apresentado aqui na exposição de motivos do Ministro Paulo Guedes mostra claramente que 715 bilhões de reais são no Regime Geral, cuja média é de 2.200 reais. Esse é o impacto causado no Regime Geral”, denunciou.

“Os outros 185 bilhões de reais são sobre a aposentadoria rural, a aposentadoria das mulheres, sobre o abono salarial pago àqueles que ganham apenas até dois salários mínimos, sobre o BPC – Benefício de Prestação Continuada, sobre os idosos e sobre os portadores de deficiência”, prosseguiu Alencar.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Diretoria da Vale conhecia riscos de Brumadinho, diz engenheiro na CPI

“Riscos foram apresentados tanto para a diretoria quanto para a diretoria executiva”, declarou Felipe Figueiredo Rocha, funcionário da mineradora

O engenheiro de recursos hídricos da Vale Felipe Figueiredo Rocha admitiu nesta terça-feira (23) que a diretoria da mineradora sabia dos riscos da barragem de Brumadinho (MG) que se rompeu no dia 25 de janeiro e deixou 232 mortos e 40 desaparecidos. Ele foi ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que apura os responsáveis pelo rompimento e de acordo com ele, os riscos de rompimento da barragem 1 foram apresentados aos especialistas e em um subcomitê da Vale. Em fevereiro, Figueiredo chegou a ficar preso por 15 dias, no âmbito das investigações para apurar as responsabilidades no rompimento da barragem.

O engenheiro demonstrou insatisfação com diretores da mineradora que negaram publicamente, terem conhecimento de um workshop no qual Figueiredo apresentou relatórios sobre os riscos para os executivos.

“Então, esses pontos é que me fazem afirmar que os riscos da Barragem 1 apesar de não serem riscos iminentes, eram riscos possíveis, e foram apresentados tanto para a diretoria quanto para a diretoria executiva”, afirmou o engenheiro.

Figueiredo informou ainda que a análise de risco era feita por um consórcio que incluía a empresa Tiv Süd. Após essa análise preliminar, ele consolidava as informações e as apresentava em um painel de especialistas. Segundo ele, apesar dos relatórios, os funcionários da área geotécnica não demonstraram preocupação.

Em seu depoimento, o engenheiro acrescentou que, por ser da área de recursos hídricos e não da área geotécnica, não tinha condições de avaliar as causas do rompimento da barragem de Brumadinho.

No entanto, disse que não poderia afirmar se as apresentações de risco da barragem de Brumadinho chegaram ao conhecimento do ex-presi-

dente da mineradora, Fabio Schvartsman.

“Eu não posso afirmar se as apresentações que foram feitas para o comitê executivo chegaram em sua completude para o presidente Fabio Schvartsman. Eu trago comigo essa apresentação que foi feita no comitê executivo. Também trago a ata da reunião, tanto do comitê executivo de riscos, como o subcomitê de riscos operacionais, que mostram essas barragens nas zonas de atenção”, pontuou.

No dia 28 de março, o ex-presidente da Vale compareceu à CPI e disse que nem ele nem a diretoria da mineradora tinham conhecimento dos relatórios que apontaram para risco de rompimento da barragem.

“Se ele [Figueiredo] quisesse, poderia ter feito uma denúncia, tanto anônima como uma denúncia propriamente dita, se ele preferisse, e seria imediatamente tratada”, disse Schvartsman, na ocasião.

O relator da CPI, Carlos Viana deu a entender que seu relatório sobre o caso está bem adiantado e será apresentado em breve. Segundo ele, uma das sugestões do relatório é o aumento da tributação de empresas de exploração mineral. “Está claro que essas empresas são sub-tributadas em nosso país e temos a obrigação de propor uma nova forma de cobrança. Vamos dar uma resposta muito firme sobre o que está acontecendo para que tragédias como essa não se repitam”, afirmou o senador.

Na sessão desta terça-feira (23), a CPI também ouviu César Grandchamp, geólogo da Vale que afirmou que “não tinha nada” que dissesse à empresa que a estrutura em Brumadinho poderia estar em risco.

Questionado pelos parlamentares, o geólogo afirmou que a companhia está pagando sua defesa no processo e que este é um “direito” dado aos funcionários da empresa. Auditor da empresa alemã Tiv Süd, Arsênio Negro Júnior preferiu ficar calado.

Conta de luz sobe até 8,35% para consumidores do Ceará, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta semana, um aumento nas contas de luz de consumidores da Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. Os reajustes, de até 8,35% começarão a ser cobrados a partir do dia 22.

A maior parte dos reajustes será superior à inflação do período, que no acumulado dos últimos doze meses foi de 4,57% (IPCA).

BA - Para os consumidores residenciais atendidos pela distribuidora de energia baiana Coelba, o reajuste médio será de 6,22%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, o aumento médio, residenciais e comerciais será de 6,67%. Já para os consumidores atendidos em alta tensão, industriais, o aumento será de 5,09%. A empresa atende 6 milhões de unidades consumidoras.

SE - Para os consumidores sergipanos, atendidos pela distribuidora Energisa Sergipe, o reajuste médio para os consumidores residenciais será de 3,04%. Para os atendidos na baixa tensão, tanto comerciais, quanto residenciais, o reajuste será de 3,33%. Para os da alta tensão, será de 1,84%. A empresa atende 778,9 mil unidades consumidoras

localizadas em 62 municípios do estado.

RN - Já o reajuste dos consumidores da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern), terá efeito médio de 4,73%. A concessionária atende 1,4 milhão de unidades consumidoras localizadas em 167 municípios do estado.

CE - No Ceará, o reajuste médio será de 8,22% para as tarifas de energia da Companhia Energética do Ceará (Enel Ceará). Para os consumidores industriais, atendidos em alta tensão, o reajuste médio será de 7,87%, já para os consumidores atendidos em baixa tensão, residenciais e comerciais, o reajuste médio será de 8,35%.

O aumento na tarifa foi autorizado dentro do processo de revisão tarifária da empresa. A Enel Ceará atende 3,5 milhões de unidades consumidoras em todo o estado do Ceará.

De acordo com a agência, a revisão tarifária periódica “reposiciona as tarifas cobradas dos consumidores após analisar os custos eficientes e os investimentos prudentes para a prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica”. Para a Enel as revisões ocorrem a cada 4 anos.



Aumento passou a valer para usuários na última segunda (22)



Rompimento da barragem de Brumadinho matou 232 pessoas e deixou 40 desaparecidos

Ratinho Jr. quer entregar Copel Telecom para as multinacionais

Estatel paranaense foi eleita a melhor banda larga do Brasil

O governo do Paraná anunciou que pretende entregar para alguma multinacional a melhor empresa de telecomunicações do país: a Copel Telecom, responsável pelo fornecimento de internet via fibra ótica para todo o estado.

De acordo com o governo de Ratinho Júnior (PSD), mesmo que a empresa apresente ótimos resultados lucrativos e seja a mais bem avaliada no fornecimento de internet do Brasil, manter a estatal é “bobagem”.

“Não há justificativa para o estado ter duas companhias que atendem só ao setor privado. A Copel Telecom não tem como disputar com as maiores do mundo, que estão todo dia colocando dinheiro em uma velocidade muito maior. Não tem por que a gente manter esse ativo sendo que está faltando dinheiro para outras áreas. É uma bobagem”, disse Ratinho.

Segundo ele, a mesma lógica vale para a distribuidora de gás natural paranaense a Compagás.

A Copel Telecom foi a operadora de banda larga melhor avaliada no Brasil, em uma pesquisa da Anatel com 100 mil usuários de operadoras públicas e privadas, realizada em 2018. No ano passado, a empresa teve um faturamento de R\$ 500 milhões. Atualmente a estatal

está em mais de 60 municípios do Paraná, oferecendo internet com alta qualidade, estabilidade e velocidade de conexão diferenciada. Sua rede de fibra ótica possui mais de 30 mil km de cabeamento em todo estado.

A empresa subsidiária da Copel é responsável pelo acesso à internet e redes de comunicação de dados de diversos municípios e escolas estaduais, além de milhares de clientes privados. São 2.205 escolas estaduais conectadas com a internet da Copel Telecom. A empresa atende necessidades de telecomunicações da própria Copel, da Sanepar e do governo do Paraná, com 3.352 acessos de banda larga de alta velocidade dos órgãos do Executivo.

Chefe da Casa Civil de Ratinho Junior, Guto Silva, afirmou que a empresa deu lucro porque houve um investimento do governo anterior: “Se você tem uma empresa e começa a colocar recursos em cima, é claro que ela vai dar lucro. Mas atualmente nós precisamos analisar onde os recursos serão investidos”, diz ele.

O vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, Leandro Grassmann, questionou, em artigo publicado no jornal Plural, os motivos alegados para venda da estatal. “A Copel investiu R\$ 2,569 bilhões em 2018. Destes, somente R\$ 309,4 milhões foram para a Copel

Telecom (cerca de 12% do total). Ademais, as empresas do Grupo Copel tem apresentado lucros crescentes, números de fazer inveja em muitas empresas privadas”, pontua.

Por lei, o processo de entrega da estatal ainda deverá passar por avaliação dos deputados da Assembleia Legislativa (Alep).

O líder da oposição na casa, deputado Tadeu Veneri (PT-PR) anunciou que vai convidar o presidente da Copel, para que explique o que justifica a venda de uma empresa lucrativa. “Há alguns dados que devem entrar nessa conta. Os provedores regionais cresceram 33% entre 2015 e 2018. A fibra deve-se tornar a principal tecnologia de banda larga em 2020 e só a Copel oferece essa possibilidade aos 399 municípios do Paraná. O lucro caiu pela metade, mas o faturamento dobrou. Algo não está batendo nessa conta”, alertou.

“Não é possível entendermos que uma empresa que faz a interface com a Sanepar, que faz a interface com as outras secretarias, tenha que ser vendida. Não seria mais racional utilizar essa tecnologia dentro da própria máquina, nas delegacias, por exemplo? Eu espero que o presidente possa aceitar nosso convite para explicar que ideia é essa”, considerou o deputado.



Queda de barragem matou 231 pessoas

Para Zema, cobrar a Vale pelas mortes de Brumadinho é “conviver com o passado”

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), tentou pintar de rosa a magnitude do desastre provocado pelo rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, afirmando que a tragédia é um episódio que deve servir para “agregar no futuro” e que “não se pode conviver com o passado”.

Sobre cobrar e punir a Vale e os responsáveis pela barbaridade cometida, ele relativizou e foi apenas protocolar no seu pronunciamento: “Se elas erraram...”. A essa altura do campeonato, o governador ainda tem dúvida de que a Vale errou.

Até agora, o desastre ocorrido no dia 25 de janeiro deixou um rastro de destruição e um saldo 231 pessoas mortas (segundo dados da Polícia Civil de Minas Gerais até a quinta-feira, 18) e outras 46 que ainda estão desaparecidas. A declaração do governador aconteceu durante a abertura do seminário sobre o futuro da mineração, realizado em Nova Lima (MG) na quarta-feira (17).

“Nós queremos que essa tragédia venha a agregar no futuro para o estado. Temos que lamentar as vítimas? Lógico. Mas, não podemos conviver com o passado, temos de estarmos olhando para o futuro. Queremos com isso que a economia de Minas venha se diversificar mais, a mineração sempre foi, continuará importante, mas outras atividades precisam surgir e dinamizar nossa economia”, afirmou Zema.

O governador também se definiu como um otimista e disse que a tragédia de Brumadinho foi “um ponto fora da curva, que serve de reflexão”, mas que “a longo prazo, década após década, a tendência tem sido só de melhorias”.

Zema defendeu ainda que “o negativo seja transformado em positivo” e falou sobre a necessidade de adoção de tecnologias que excluam novos riscos nas atividades do setor. O governador apontou, no entanto, que é obrigação das empresas reverter o quadro que caracterizou como de “demonização” da mineração.

“O próprio nome do nosso estado advém desse setor. Ele é extremamente relevante, passou e ainda passa por um processo de demonização e que cabe às próprias empresas reverter. Se elas erraram, precisam pagar por isso, precisam ser punidas, mas como chefe do poder executivo eu tenho total obrigação de mostrar que, mundo afora, existem opções diferentes daquelas que foram adotadas aqui e que nós podemos fazer uso. Recursos tecnológicos, processos mais seguros, que com certeza dependem das empresas adotarem aqui para que venhamos a ter uma mineração diferente”, disse.

Ele destacou que é possível transformar a “tragédia em um futuro melhor”. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que também participou do evento, reforçou o discurso do governador e defendeu a mineração como propulsora da economia no estado e no país. Salles afirmou que a atividade não pode ser “demonizada”. Não foi a Vale que demonizou a atividade, com seu descaço pela vida de moradores e funcionários, pelo meio ambiente, somente pensando nos negócios?

A Vale é reiniciante em desastres. A Samarco – subsidiária da Vale, em sociedade com a BHP, a quem pertencia a barragem de Fundão, em Mariana, cujo rompimento destruiu o distrito de Bento Rodrigues, matou 19 pessoas na tragédia. Brumadinho foi o sexto município de Minas Gerais atingido pelo rompimento de uma barragem com rejeitos de mineração. Outros rompimentos aconteceram em Itabirito, Miraf, Muriaé, Cataguazes, e Mariana.

Não se tem registros de tragédias, como a de Brumadinho, no período em que a Vale era estatal. Ela foi privatizada em 1997 por 3,388 bilhões de reais, enquanto geólogos da Companhia de Pesquisas de Reservas Minerais – CPRM (hoje Departamento Nacional de Pesquisas Minerais – DNPM) a avaliavam em R\$ 1,7 trilhão (cf. Leo de Almeida Neves “Compromissos da Vale com o Brasil” – 20/04/2011).

Outro ministro presente, Bento Albuquerque (Minas e Energia), seguiu na mesma linha, defendendo a importância do setor para a economia. Ele citou que a mineração representa 4% do PIB e foi 21% das exportações brasileiras em 2018.

“Apesar de estarmos acometidos por um momento desfavorável, a atividade de extração do minério de ferro, em razão da paralisação de parte considerável de suas operações, com grande impacto econômico e social, devemos enfrentar esse cenário não apenas como um momento de crise, mas como um momento para reflexões e oportunidades”, declarou.

WALTER FÉLIX

Decreto de Bolsonaro encerra grupo de identificação das ossadas de Perus

O decreto 9.759/2019, assinado por Jair Bolsonaro, que extingue conselhos, grupos e comissões de administração pública federal direta, autarquias e fundações, trouxe por consequência o encerramento do Grupo de Trabalho Perus (GTP), responsável por identificar corpos de desaparecidos políticos entre as 1.047 ossadas da vala comum do cemitério de Perus, na zona norte de São Paulo.

O grupo tinha como objetivo concluir a identificação de vítimas da ditadura militar. O GTP era vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e ainda não foi especificado como o trabalho de identificação das ossadas deve prosseguir – ou se prosseguirá.

Quando era parlamentar, Bolsonaro criticava as buscas pelos desaparecidos, pousando ainda ao lado de um cartaz referente às buscas realizadas em Araguaia que dizia: “Quem procura osso é cachorro”.

“Mais do que enterrar os desaparecidos, o governo está implodindo todo um sistema voltado à jus-



Vala com mais de mil ossadas foi encontrada em 1990

tiça. O decreto não atinge só o Grupo de Perus, mas também o Grupo de Trabalho Araguaia”, disse a procuradora regional da República Eugênia Gonzaga. Ela é a presidente da comissão, na qual representa o Ministério Público Federal (MPF).

Criada por lei federal, a comissão não pode ser atingida pelo decreto, mas, segundo ela, os grupos de trabalho e equipes técnicas de peritos necessários aos trabalhos foram extintos pelo decreto de Bolsonaro. “Embora haja verba prevista e determi-

nação judicial para que o trabalho seja feito, não há ninguém hoje que possa assinar um documento ou contratar quem quer que seja para realizar os trabalhos”, disse Eugênia Gonzaga.

A vala de Perus foi descoberta em 1990 e serviu para que militares enterrassem os perseguidos pela ditadura assassinados na década de 70. Seis deles já foram identificados na vala e outros sete foram localizados em sepulturas sem identificação. Suspeita-se que cerca de 40 desaparecidos ainda estejam na vala.

Anfip: “não é PEC 06 que vai resolver baixo crescimento econômico do país”



Floriano Martins de Sá Neto, pres. da Anfip - Foto: Joana Berwanger/Sul21

MPF e sociedade civil repudiam decreto que extingue conselhos e participações sociais nas políticas públicas

Procuradores do Ministério Público Federal (MPF), magistrados, parlamentares, acadêmicos, advogados, pesquisadores e dirigentes de organizações sociais, repudiam o decreto editado pelo governo Bolsonaro, que propõe a extinção – quase por completa – de conselhos sociais, órgãos colegiados e outros meios que preconizam a participação e controle da sociedade em estruturas governamentais que promovem políticas públicas importantes, como a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil; de atenção ao idoso, à pessoa com deficiência, ao índio, entre outros.

O decreto 9.759/2019, assinado na semana passada por Bolsonaro é mais um sintoma da falta de empatia que o inquilino do Palácio do Planalto apresenta quando se depara com mecanismos, princípios e vetores que norteiam a Democracia e a proteção social em nosso país.

Segundo o governo, dos cerca de 700 colegiados apenas 50 poderão ficar de pé. Pela determinação de Bolsonaro, seus ministros têm até 28 de maio para encaminharem à Casa Civil a relação dos colegiados sob sua responsabilidade e solicitar, mediante argumento, que alguns grupos sejam mantidos, caso essa tarefa seja de competência do executivo.

O Ministério Público Federal (MPF) manifestou sua preocupação com as consequências do ato de Bolsonaro. A nota, assinada pelos coordenadores e membros integrantes das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF e pela Procuradoria, lembra que a Constituição Federal de 1988 prevê a participação popular na gestão pública como pressuposto do sistema democrático – o que, segundo a nota, “garante, não só aos indivíduos, como também aos grupos e associações, o direito à representação política, à informação e à defesa de seus interesses, possibilitando-lhes a atuação na gestão dos bens e serviços públicos”, diz o comunicado.

No domingo, Bolsonaro escreveu no twitter que o ato as-

sinado por ele durante a cerimônia de balanço dos cem dias de governo geraria uma “gigantesca economia, desburocratização e redução do poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades, ignorando a lei e atrapalhando propoitalmente o desenvolvimento do Brasil, não se importando com as reais necessidades da população”, escreveu Bolsonaro.

Após ter acabado com o Ministério do Trabalho, ter defendido em rede nacional o fim da Justiça trabalhista, impor uma caça às bruxas a fiscais de órgãos do meio ambiente e do trabalho, editar medida para desmontar o financiamento de representações dos trabalhadores, tentar impor a alunos e professores a sua ideologia do partido único, ou melhor, apenas a ideologia de seu partido, através da falácia da “escola sem partido”, e etc, Bolsonaro quer acabar com quase todos os conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada a colegiados que foram criados com o objetivo de permitir a contribuição da sociedade civil nas decisões do Estado.

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, as justificativas do governo para o decreto são infundadas, pois na sua avaliação, se a crítica relacionada às pessoas que estão nos órgãos possui base técnica, o ideal seria avaliar caso a caso, e não promover uma extinção de tudo que havia sido construído.

Ele destacou que dentro dos conselhos existem participações plurais, que representam diversos setores da sociedade civil. E lembra que muitos conselhos e comitês foram criados por governos anteriores ao do Partido dos Trabalhadores (PT) – inclusive – de espectros políticos diferentes, como no caso do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Feliciano lembra que um dos colegiados que poderão deixar de existir é a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) – que é representada por magistrados do Trabalho, Procuradores da República, empresários,

trabalhadores, entre outros.

“A Conatrae teve um grande papel, inclusive na elaboração das políticas públicas que fizeram com que o Brasil se tornasse até pouco tempo – isso tem sido perdido nos últimos três anos – um exemplo para o mundo de políticas públicas para o combate ao trabalho escravo contemporâneo. Isso foi construído com muita energia e esforço administrativo dedicado por sucessivos ministérios e pela própria Conatrae”, comentou Feliciano.

Na avaliação do cientista político e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Wagner Romão, a ação é mais uma demonstração de que o governo não consegue lidar com opiniões divergentes.

“Isso é uma linha autoritária do governo Bolsonaro. Há conselhos criados na década de 90 e que estruturaram as políticas. Não dá para pensar na política urbana sem o Conselho da Cidades, por exemplo”, criticou o professor em entrevista à Rádio Brasil Atual.

O cientista alerta ainda que antes do decreto, os colegiados já estavam desarticulados pelo próprio governo. “Deixaram de convocar as reuniões desses conselhos, ou seja, nessa estrutura governamental eles não funcionavam. Aliás, os conselhos previstos em lei e que permaneceram, como o Conselho Nacional da Saúde, também estão em risco, porque a linha autoritária tende a agudizar nos próximos meses”, disse Romão.

A ONG Transparência Brasil também criticou a ameaça de fechamento do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC). Para a organização, “um governo cada vez mais fechado é um governo cada vez mais corrupto”, diz a nota da entidade, que afirma ainda que a gestão Bolsonaro não está interessada em ouvir o que a sociedade tem a dizer.

No início desta semana, os deputados Alessandro Molon (PS-B-RJ), líder da Oposição na Câmara, e Humberto Costa (PT), apresentaram, cada um, um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para sustar os efeitos do decreto 9.759/2019.

ANTÔNIO ROSA

O presidente da entidade, Floriano Sá Neto lembrou que “desde 2008 o receituário é o da austeridade e que a PEC 6/2019 fala em economia, mas não demonstra quem vai bancar o custo da transição para o regime de capitalização”

O Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto, voltou a defender na última terça-feira (16) na audiência da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, que “a reforma [da Previdência] não vai resolver o problema do baixo crescimento econômico do Brasil”.

Floriano Sá Neto apresentou dados que demonstram que a economia de R\$ 1 trilhão que o governo pretende através da reforma, em dez anos, pode ser obtida de outras formas, sem penalizar os trabalhadores, especialmente os rurais, as mulheres e os cidadãos atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

“O governo diz que a reforma é justa, que quem ganha menos vai pagar menos, e que haverá proteção social ao idoso. Isso é dito aos quatro ventos. Mas a leitura da PEC demonstra que os trabalhadores do regime geral serão os mais atingidos”, denunciou.

Floriano Sá Neto apontou no gráfico do IBGE, de 2014, que na área urbana, 45% dos homens e 34% das mulheres, ambos com idade até 14 anos, já estavam no mercado de trabalho. Já na área rural, esses dados sobem para 78% dos homens e 70% das mulheres trabalhando na mesma idade. “Essa é a realidade enfrentada por aqueles que produzem a maioria da alimentação que as famílias

brasileiras consomem. Isso é proposta de quem não conhece o Brasil”, explicou Floriano ao questionar se era justo aumentar em 5 anos a idade mínima para a trabalhadora rural se aposentar.

Sá Neto também lembrou que desde 2008 o receituário é o da austeridade e que a PEC 6/2019 fala em economia, mas não demonstra quem vai bancar o custo da transição para o regime de capitalização. O presidente da ANFIP destacou que passado 34 anos do modelo chileno de capitalização, a estimativa do custo da transição da repartição representa 136% do PIB. “Fazendo a correlação estamos falando de R\$ 9 trilhões. Que conta é essa? Vou economizar de um lado e assumir uma dívida de outro? A sociedade está sabendo?”, questionou.

Participaram também da audiência o Secretário Especial da Previdência e do Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho; o Ex-Ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto; o Presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador – IFGT, Mario Avelino; o economista e Professor do Instituto da Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENA-FIM), Célio Fernando de Souza Silva; e o Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Clemente Ganz Lúcio.



1º de Maio em São Paulo: Anhangabaú será palco do ato unificado das centrais em defesa da aposentadoria

As centrais sindicais, Força Sindical, CTB, CUT, UGT, CGTB, CSP-Conlutas, Nova Central, CSB e Intersindical unem forças nas manifestações e festejos do Dia do Trabalhador (1º maio) em defesa dos “Direitos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras – Contra o Fim da Aposentadoria, por mais Empregos e Salários Decentes”.

O 1º de maio deste ano promete ser um grande ato de protesto para barrar ataques sucessivos desferidos contra os trabalhadores nos últimos anos e em especial nos primeiros meses do governo Bolsonaro, como a proposta de reforma da Previdência (PEC 06) que tramita no Congresso Nacional e a Medida Provisória 873, contra o custeio sindical, entre outras.

A manifestação na capital paulista ocorrerá no Vale do Anhangabaú e não mais na Praça da República, como as centrais haviam anunciado. Segundo o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna), a mudança ocorre por recomendação de órgãos públicos, como a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e Polícia Militar, que recomendaram a mudança de local devido à expectativa de público, já que desta vez todas as centrais participarão do evento, que contará com apresentações das cantoras Leci Brandão, Maiara e Maraísa, Paula Fernandes, Simone e Simaria, Ludmilla, entre outros.

“Nossa expectativa é reunir 100 mil pessoas. Para isso, Centrais e Sindicatos estão unidos na preparação. Vamos mobilizar os trabalhadores nas portas das fábricas, no comércio e em outros locais para irem ao ato unificado”, explica Juruna.



Sindicatistas colhem assinaturas no metrô Tatuapé, em SP

ABAIXO-ASSINADO TOMA AS RUAS

Durante o ato unificado das centrais, assim com nas demais comemorações de 1º de Maio que ocorrerão em outras cidades, haverá também a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado contra a reforma da Previdência, lançado pelas centrais sindicais no final de março.

Sindicatistas distribuem cartilha e coletam assinatura contra reforma

A campanha de coleta de assinaturas e esclarecimento da população sobre as maldades da PEC 06 já vem sendo feita em vários locais nas capitais e municípios do país. As centrais e sindicatos têm levado o abaixo-assinado para estações de metrô, terminais de ônibus e locais de grande circulação, assim como portas de fábricas e empresas. A ideia é que o abaixo-assinado seja entregue ao presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, logo após o 1º de Maio.

O secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Carlos Alberto Pereira, explica que a iniciativa é mais umas das ações que o movimento realiza para esclarecer a população dos retrocessos que a proposta trará caso seja aprovada.

“O abaixo assinado é mais um instrumento de mobilização e de denúncia do movimento para impedir que a reforma passe. Nossa expectativa é coletar mais de um milhão de assinaturas para serem entregues aos parlamentares”, explicou Pereira.



Reunião da Secional OAB (SP) no último dia 22

OAB (SP): manter sigilo sobre estudos da PEC da reforma Previdência é inconstitucional

A Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (OAB SP) emitiu na terça-feira (23) uma Nota Pública criticando e questionando o sigilo sobre os estudos e pareceres que, em tese, embasaram a proposta de reforma da Previdência do governo, que tramita na Câmara dos Deputados.

Abaixo, os itens enumerados pela entidade na nota:

a) Blindar acesso à informação dos dados que, em tese, justificariam tecnicamente uma alteração na estrutura previdenciária brasileira, com graves repercussões para o cidadão, aponta para o sentido de que ou o governo não tem esses estudos, ou o governo não consegue dar garantia técnica dos números que deveriam ser apresentados, ou, finalmente, não deseja o debate com a sociedade;

b) A Ordem dos Advogados do Brasil quando esteve presente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados alertou os parlamentares sobre os efeitos constitucionais da ausência de estudos efetivos que embasassem a alegação de déficit atuarial, fundamento do governo para a “reforma”;

c) Alertou também que a ausência desses estudos atrairia a inconstitucionalidade da PEC, eis que a Constituição Federal ao estabelecer o princípio do equilíbrio atuarial, obriga diretamente que qualquer proposta de “reforma” sustentada

na ausência deste equilíbrio, necessariamente devesse vir acompanhada desses estudos e pareceres;

d) A não disponibilização à sociedade do acesso aos supostos estudos e pareceres existentes e que embasariam tecnicamente a PEC da “reforma” é ato unilateral antidemocrático, pois não induz ao debate técnico necessário para que o cidadão comum possa, de fato, compreender a extensão de seu sacrifício, e para que os parlamentares possam efetivamente debater o conteúdo constitucional e de mérito da proposta.

A OAB SP reitera seu posicionamento a favor do debate mais qualificado, amplo e democrático, dentro e fora do Congresso Nacional, a fim de que se discuta o modelo a ser proposto, o efetivo equilíbrio financeiro e atuarial, a cobrança dos devedores da Previdência e agilidade na recuperação de créditos, a Desvinculação das Receitas da União – DRU, a desvinculação das fontes de financiamento, medidas de gestão previdenciária, desonerações tributárias e ao mesmo tempo em que mantenha uma legislação equilibrada em uma sociedade livre das amarguras do desemprego, da fome e da pobreza, entendendo que manter o sigilo de estudos e pareceres técnicos, além de ser inconstitucional, não contribui para o Estado Democrático de Direito.

Comissão de Direito Previdenciário da OAB-SP

Israel proíbe ida de cristãos da Faixa de Gaza a Jerusalém para celebração da Páscoa

A ocupação israelense recusa-se a emitir vistos de permissão – que são obrigatórios para os palestinos transitarem na terra de seus ancestrais – a cristãos da Faixa de Gaza para sua ida a Jerusalém e Belém durante os dias sagrados da Páscoa.

Reportagens publicadas no jornal israelense Haaretz e no portal Middle East Monitor informam que o regime israelense permitiu a apenas 200 cristãos de Gaza, acima dos 55 anos, viajarem apenas para a Jordânia e não emitiu nenhum visto permitindo àqueles que desejam visitar a Igreja da Natividade em Belém ou à Igreja do Santo Sepulcro na Jerusalém ocupada de irem aos locais sacros.

A organização israelense, Gisha, denunciou a medida arbitrária da ocupação (ela mesma ilegal e condenada mundialmente).

“Esta é uma flagrante violação das liberdades de movimento, de prática religiosa e de encontro entre familiares imposta contra os cristãos de Gaza”, afirma declaração de Gisha, acrescentando que isso é mais um exemplo da “vasta política racista israelense”.

De acordo com o Haaretz, Gisha avalia que a medida faz parte do plano de aprofundar a divisão entre os palestinos de Gaza e da Cisjordânia.

VIOLAÇÕES DE DH

Um novo informe divulgado pela organização Monitor dos Direitos Humanos Euro-Mediterrâneos, no dia 22, traz uma série de denúncias de violações dos direitos humanos dos palestinos por parte das forças israelenses de ocupação da Jerusalém Oriental.

O detalhado informe, da organização dirigida por Richard Falk, que se define como “americano judeu” e que atuou de 2008 a 2014 como Repórter Especial da ONU para a Situação dos Direitos Humanos nos Territórios Palestinos Ocupados desde 1967, expõe – além dos casos de proibições de viagens – razias a residências, demolições de casas, expulsões perpetradas durante o mês de março de 2019.

Intitulado “Estranhos em sua Terra: Violações dos Direitos Humanos na Cidade Santa”, o informe documenta a sistemática e deliberada escalada em políticas e práticas ilegais por parte dos que aplicam as normas draconianas da ocupação israelense contra os palestinos em Jerusalém.

O informe denuncia que as flagrantes violações se agravaram depois da decisão de Trump de transferir a embaixada norte-americana para Jerusalém. Tais ações, diz o informe, “buscam obliterar a identidade árabe, cristã e islâmica da Cidade Santa”.

São documentados casos em que Israel fechou deliberadamente centros de atividades políticas e sociais, assim como eventos programados para se realizar na cidade, expondo a intenção israelense de apagar a identidade popular palestina cada vez mais no decorrer do tempo.

As prisões arbitrárias e buscas nas casas dos presos sem mandado judicial são cada vez mais frequentes.

Para documentar as violações atingindo as religiões, a equipe que realizou o informe baseou-se em testemunhos de ativistas de direitos humanos em Jerusalém.

Com base nestas denúncias, o Monitor dos Direitos Humanos Euro-Mediterrâneos chama a comunidade internacional a agir com seriedade e efetividade para deter o desrespeito israelense às leis internacionais, incluindo o deslocamento forçado, abusos diários, práticas de detenção arbitrárias e exige que sejam garantidas as liberdades, em especial a referente ao direito à prática religiosa.

“Condenamos nos termos mais veementes as flagrantes violações dos direitos dos hierosolimitas (nascidos em Jerusalém) a viverem com dignidade e sem discriminação racial, especialmente diante do fato de que a municipalidade israelense continua negando aos palestinos um plano diretor organizacional das construções na Jerusalém Oriental”, diz o informe.

O informe conclama as organizações de direitos humanos em geral a que denunciem a gravidade das medidas tomadas pela ocupação israelense no que diz respeito a demolições repentinas sem qualquer aviso, incluindo “a destruição de propriedades das famílias, o que ocorre quando estas propriedades ficam enterradas sob os escombros das casas demolidas sem que aos moradores seja dado tempo de retirar seus pertences”.

NATHANIEL BRAIA

Argentinos tomam as ruas da capital contra cortes nos programas sociais

A polícia da cidade de Buenos Aires reprimiu, com gás lacrimogêneo e acetetes, um protesto que reuniu mais de 10 mil pessoas diante do Ministério do Desenvolvimento Social. A manifestação foi contra novas medidas de arrocho atingindo programas sociais e ameaçando fechar restaurantes comunitários, centros de apoio a crianças carentes, empregos temporários, e outras formas de suporte à população de baixa renda.

A marcha foi encabeçada pela Central de Trabalhadores da Argentina, CTA, e a Federação Nacional Territorial (FeNaT), que congrega associados de acordo com organizações por localidades. A FeNaT acaba de anunciar sua integração à CTA.

“Vimos dizer que este modelo econômico

está levando fome a nossas famílias e que provocar a fome é crime mas, as respostas do Ministério foram acetetes, gás e balas de borracha. Prenderam vários companheiros e temos outros que estão hospitalizados”, denunciou Pablo Spataro, secretário geral da CTA.

Apesar de que a Argentina produz alimentos para abastecer 440 milhões de pessoas, pelo menos 10,4% das crianças do país padecem fome, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Entre as principais reivindicações que foram apresentadas pela manifestação de terça-feira, 23, estão o fim dos cortes nos programas sociais e nos empregos e a exigência de que o governo declare a emergência alimentar.

Mãe de Assange denuncia que ele está incomunicável na prisão inglesa



Christine: “Os médicos já declararam que ele precisa de tratamento hospitalar”

Jornalistas chilenas denunciam “manipulação midiática pró-Fundos de Pensão estrangeiros”

Alimentado por bancos, acobertamento invisibiliza fracasso da capitalização da Previdência Social

Linha de frente na luta pela democratização da comunicação no continente, Javiera Olivares, professora e coordenadora do Programa de Liberdade de Expressão da Universidade do Chile, e Rocío Alorda Secretária-Geral do Colégio de Jornalistas do Chile, são referências para todo aquele que queira compreender o papel jogado pelos meios de comunicação na disputa de ideias.

FELIPE BIANCHI (Barão de Itararé) e LEONARDO SEVERO (Hora do Povo)*

A partir do golpe de 1973 e da imposição da sangrenta ditadura de Augusto Pinochet, a mídia chilena, cuja tradição era de ter espaço para a diversidade de opiniões, passou a ser extremamente partidária, além de viver um cenário de monopolização sem precedentes. “Os meios são concentrados economicamente e editorialmente e não só estão associados à direita, mas atuam como vanguarda desse setor político”, define Javiera, que também é ex-presidenta do Colégio de Periodistas.

No Chile, as Administradoras de Fundos de Pensão (AFP) detêm uma expressiva parcela do Produto Interno (PIB), a partir do sistema de capitalização da Seguridade Social – implantado pelos economistas conhecidos como “Chicago Boys”, associados à ditadura de Pinochet – determinam o que deve ou não ser dito pelos jornais e emissoras de rádio e televisão. “Os grandes banqueiros são os principais anunciantes da mídia chilena. Como vão criticar as AFP, que os financiam? E um beco sem saída”, sustenta Javiera.

Esta é a razão dos meios de comunicação – “que retratam a concentração do horror” – manipularem de forma tão grosseira, mentir sobre os impactos da privatização no dia a dia dos idosos ou simplesmente invisibilizar gigantescas manifestações populares que, desde 2016, têm as bandeiras do movimento NO+AFP (Basta de AFP) como um dos carros-chefe. Anteriormente, lembra Rocío, “mesmo quando a mídia falou das marchas contra as AFP, é claro que foram quase notas de rodapé”.

Para fazer soar o alarme sobre o real significado do sistema proposto por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes para o Brasil, o ComunicaSul se reuniu em Santiago, no dia 9 de abril, com as duas lideranças, que fizeram ecoar este importante alerta sobre os impactos do nefasto sistema de capitalização da Previdência.

No Brasil vivemos um momento de grave concentração dos meios de comunicação na mão de poucas famílias. Como é esse cenário no Chile?

JAVIERA – Para entender o panorama dos meios de comunicação no Chile, é preciso ter em conta que o país se encontra em um momento histórico atípico. O nível



Rocío Alorda e Javiera Olivares condenam manipulação

de concentração e a própria tendência à concentração dos meios é mais alta que nunca. A falta de diversidade na mídia está em uma dimensão sem precedentes. É uma concentração do horror. Apesar de histórica, piorou. E a tendência é seguir aumentando. Diferente de alguns países do continente [que também padecem deste alto nível de concentração], não contamos com nenhum meio público. Apenas a Televisión Nacional, financiada por publicidade. Mas não temos nenhum meio universitário, somente via Internet, com baixíssimo alcance. E por fim, há capitais privados muito importantes e poderosos no Chile, mas “estrangeirizados”.

No caso dos meios privados, há um duopólio na imprensa escrita (La Tercera e El Mercurio). Na televisão, uma avalanche de canais privados com capital estrangeiro. 45% das rádios estão nas mãos de um grupo espanhol, o grupo Prisa, e o resto são todas privadas.

Nesse contexto, empresas tão poderosas, que lidam com o dinheiro da aposentadoria do povo chileno, na casa dos bilhões de dólares, obviamente são atores importantes para esses meios privados. As AFP são empresas valiosas, que anunciam e pagam muito dinheiro aos meios. Esta é uma análise básica do ponto de vista econômico.

Há praticamente uma simbiose, uma promiscuidade...

ROCÍO – Exato. Essa relação de intimidade entre a imprensa e os grandes grupos econômicos é uma das marcas do Chile pós-ditadura. Até porque os grandes grupos econômicos são nada menos que donos de muitos desses veículos. Ou seja, não é apenas um monopólio econômico, mas também ideológico. É um cenário complexo, difícil de permear outros discursos e pontos de vista. Como problematizar a falta de Seguridade Social no Chile quando os próprios donos das AFP sustentam os grandes meios de comunicação?

Daí a ausência de debate e a abundância de tergiversação?

JAVIERA – Ewa Sapiezynska, uma pesquisadora europeia que fez seu doutorado no Chile, justamente sobre os meios de comunicação, analisa as coisas que não aparecem, que são invisíveis nos discursos hegemônicos da “grande mídia”, o que ela chama de “ausências estruturantes”. O conceito trata das coisas que acontecem e estão aí, que são importantes para a realidade chilena, mas que não aparecem nos meios de comunicação.

Um exemplo recente: duas semanas atrás, houve um show musical muito grande no Chile, com mais de 5 mil pessoas, em

defesa da paz na Venezuela e contra a intervenção estadunidense. E claro que não apareceu em nenhum veículo. E o mesmo que acontece com os estudantes, com as mulheres, com os idosos que morrem de fome. Até aparecem, mas como uma experiência individual, uma aneta, com uma cota de morbidez, mas que não se contextualiza e não coloca os problemas em discussão. Por que uma pessoa que trabalhou a vida inteira está, depois de velha, morrendo de fome? A resposta é que não se contextualiza porque as ausências estruturantes têm a ver com uma das principais finalidades dos discursos hegemônicos: construir e reforçar a ideia, na cabeça dos chilenos, de que não temos direitos. Só consumimos. Não somos cidadãos, somos consumidores. Por isso, não devemos exigir nada, apenas pagar. Se pagamos, temos uma boa vida. Se não pagamos, azar.

É mais eficiente omitir do que mentir?

ROCÍO – Há um problema central, quando falamos em comunicação, em relação ao exercício dos direitos e da cidadania no Chile. Casos que têm a ver com direitos e cidadania, como o caso de Mario, o condutor de ônibus que precisou levar sua esposa, com Alzheimer, para o trabalho junto com ele, são tratados como exceção. A jovem que não pôde fazer faculdade, pois não tinha recursos, a mulher que não pode abortar porque não tem acesso às clínicas caras... são exceções? Não. São questões que são tratadas sem abordar a raiz dos problemas, sem abordar a situação estrutural que vive o país, sem abordar como as corporações cooptam um monte de direitos. Os meios de comunicação chileno atuam sobre uma lógica bastante clássica, que é tratar de maneira espetacularizada e individualizada questões que são problemas de toda a sociedade.

Há mais de 30 anos, a mídia chilena trata como excepcionais casos que são violações sistemáticas de direitos, sejam trabalhistas, humanos ou educacionais. Esse é o mecanismo.

Leia mais no link: <https://horadopovo.org.br/jornalistas-chilenas-denunciam-manipulacao-midiatica-pro-fundos-de-pensao-estrangeiros/>

*O Coletivo de Comunicação Colaborativa ComunicaSul está no Chile com os seguintes apoios: Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Diálogos do Sul, Federação Única dos Petroleiros (FUP), Jornal Hora do Povo, Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, CUT Chile e Sindicato Nacional dos Carteiros do Chile (Sinacar). A reprodução é livre, desde que citados os autores e apoios.

Christine Assange afirma ainda que, durante duas semanas, o fundador do portal WikiLeaks não teve acesso nem mesmo a seus advogados

Christine Assange, mãe de Julian Assange, fundador do WikiLeaks, denunciou que seu filho, está preso há duas semanas sob confinamento em solitária e incomunicável.

Assange não pôde sequer contatar seus advogados.

“Duas semanas desde a prisão/detenção de Julian na prisão de Belmarsh. Ainda não permitiram visitas, incluindo seus advogados! Isso equivale a confinamento em solitária & estresse! Os médicos que o examinaram já declararam que ele precisa de tratamento hospitalar imediato! Conserte isso Theresa May!”, postou Christine no Twitter.

Christine também acusou as autoridades equatorianas de se recusarem a entregar a ela os pertences de Assange.

“Por que se recusam a entregar os pertences de Assange? Já se passaram duas semanas desde que você [Moreno] o vendeu para seus perseguidores americanos por um empréstimo de quatro bilhões de dólares do FMI, depois de torturá-lo por um ano. Sua submissão e crueldade não têm fim?”, escreveu Christine na rede social.

Assange foi arrancado da embaixada do Equador em Londres no dia 11, após o governo Moreno cancelar – ilegal e inconstitucionalmente – o asilo político concedido há sete anos pelo então presidente Rafael Correa, e chamar a polícia inglesa para ingressar na representação diplomática.

Londres admitiu que a prisão foi para atender pedido de extradição dos EUA, que vinha sendo mantido em segredo, evidenciando que a suposta



Marcha em Quito exige também “fora Moreno, traíra!”

Equatorianos nas ruas exigem liberdade para Julian Assange

Entoando palavras de ordem e portando faixas e cartazes “em defesa de Julian Assange” e “contra Lenin Moreno, vergonha nacional”, centenas de manifestantes tomaram as ruas de Quito, nesta terça-feira (16), para denunciar “a revogação do asilo político do fundador do WikiLeaks pelo presidente do Equador, a vergonhosa abertura da embaixada em Londres para a sua prisão, a corrupção e a política de submissão aos Estados Unidos”.

O protesto, que foi do parque El Arbolito até o centro histórico da capital equatoriana, terminou com fortes enfrentamentos entre a polícia e estudantes, trabalhadores, camponeses, indígenas e idosos. Ainda não se sabe quantos ativistas foram detidos. Vários ficaram feridos pela covarde repressão, entre eles dois jornalistas.

“Que fazemos aqui?”, perguntou uma liderança com o megafone. “Vamos tirar o traidor”, responderam em uníssono os manifestantes, erguendo o punho e empunhando a bandeira nacional. “No queremos e no nos da la queremo e no nos da la queremo, ser una colonia norte-americana, y sí queremos

violação de fiança – para se asilar – por uma acusação já fora retirada pela justiça sueca não passava de um biombo para a sabujice perante Washington.

Horas depois de retirado à força da embaixada, ele foi levado perante um juiz no Tribunal de Magistrados de Westminster, que teve a petulância de chamar, a um homem que ficou sete anos praticamente cativo em uma pequena sala por publicar denúncia de crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão, de “narcisista”, e o considerou “culpado” como lhe fora encomendado.

A corte-canguru britânica ainda irá definir a pena, que pode ser de até 12 meses de prisão, quando o costume em casos semelhantes, é meramente uma multa.

No dia 2 de maio, será a primeira audiência sobre o pedido de extradição apresentado por Washington e o testemunho de Assange será por videoconferência desde a prisão de Londres. A incomunicabilidade de Assange significa que sequer ele pode se preparar para a audiência da extradição.

Entidades de defesa das liberdades democráticas, juristas renomados e personalidades do mundo inteiro condenaram a prisão de Assange e advertiram que sua condenação criará um precedente que poderá ser usado pelos EUA para extraditar qualquer jornalista, em qualquer local do mundo, que denuncie crimes dos Estados Unidos. Se entregue a Washington, Assange será levado a julgamento, sujeito a pena capital ou prisão perpétua e sob ameaça de tortura.



Marcha em Quito exige também “fora Moreno, traíra!”

Equatorianos nas ruas exigem liberdade para Julian Assange

y sí nos da la gana ser una Patria ativa y soberana”, entrou a multidão.

“Denunciamos ao mundo inteiro a repressão do governo de Lenin Moreno contra a cidadania equatoriana, que saiu às ruas para protestar contra sua política neoliberal. Nem um direito a menos. Não vão nos amedrontar”, declarou a prefeita eleita Paola Pabón, reforçando pelo twitter a marcha de solidariedade a Assange e contra os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Membro do Movimento Revolução Cidadã, Marck Íñiguez, um dos primeiros a chegar, expressou seu contentamento com a resposta popular: “Hoje estamos contra o desgoverno de Moreno e a sua traição”, assinalou.

“Creio que o que ocorreu com a detenção arbitrária durante anos do fundador do WikiLeaks por ter exposto crimes de guerra é totalmente ilegal”, declarou Marin Morrison, advogada que esperava Moreno com um cartaz do rosto de Assange amordaçado com a bandeira estadunidense e a consigna “não matem o mensageiro”. Outro ativista que lançou um cartaz próximo à comitiva presidencial foi detido por seguranças.

Após onda de privatizações, Berlim reestatiza energia

A primeira vitória pela reestatização foi a volta do saneamento básico ao poder público. Agora, a estatal Berlim Energie assume a energia e o próximo passo do movimento é reestatizar o gás

A colunista da Deutsche Welle, Clarissa Neher, assinalou que “após onda de privatizações, Berlim remunicipaliza serviços básicos”. Uma empresa pública de eletricidade, a Berlim Energie, “fundada justamente para essa reestatização”, foi a grande vencedora do processo de licitação para assumir a rede elétrica na capital alemã, cuja concessão havia vencido em 2014, e desde então estava em disputa pelos próximos 20 anos.

A vitória de empresa pública foi anunciada há cerca de um mês, e a antiga detentora da concessão, a empresa sueca Vattenfall, pretende contestar o resultado na Justiça. O lucro da Vattenfall foi de 110 milhões no ano passado. A eletricidade havia sido privatizada em 1997.

É a segunda grande vitória das iniciativas populares defendendo a remunicipalização de serviços básicos. A primeira foi a volta do saneamento básico às mãos do poder público, em 2013, com a estatal Berliner Wasserbetriebe.

A reestatização foi considerada um grande sucesso, tendo conseguido manter estáveis os preços dos serviços e o abastecimento de água para os cerca de 3,5 milhões de berlineses.

Para assumir a distribuição de eletricidade na capital alemã a Berlim Energie calcula que terá que pagar cerca de 1,5 bilhão de euros à Vattenfall. A estatal já garantiu que vai contratar os 1,3 mil funcionários da Vattenfall do setor.

Especialistas consideram que são pequenas as chances da empresa sueca de barrar o resultado da licitação. A rede de distribuição de eletricidade em Berlim é de 35 mil quilômetros de rede elétrica da capital alemã.

Recuperado o controle sobre a rede elétrica, os cidadãos berlineses seguem de olho na volta para o setor público da rede de fornecimento de gás.

Pesquisa: 70% dos russos avaliam positivamente o papel de Stalin

O líder da União Soviética, Josef Stalin, é visto de maneira positiva por mais da metade dos russos, a melhor avaliação dos últimos 20 anos, assinala nova pesquisa do Centro Levada, divulgada em Moscou no dia 16, sendo que 70% reconhecem seu papel para a Rússia.

A pesquisa foi realizada entre 21 e 27 de março e entrevistou 1638 pessoas com 18 anos ou mais em toda a Rússia, com 95% de probabilidade de acerto e margem de erro de no máximo 3,5 pontos percentuais.

A principal conclusão da pesquisa do Centro Levada é que “atitude positiva em relação a Stalin e seu papel na história do país foi estabelecida no nível de uma nova norma social” na Rússia.

A pergunta “Como você avalia o papel que Stalin jogou na vida do nosso país?” obteve aprovação de 70%. Sendo 52% “bastante positivo” e 18%, “totalmente positivo”.

A pergunta “Como é sua relação pessoal com Stalin?” foi respondida por 41% dos russos como com “respeito”; por 6%, com “simpatia”; e por 4%, com “admiração” – totalizando 51%.

Só 14% manifestaram percepção negativa (“desagrado”, 6%); “medo”, 5%; e “ódio”, 3%.) nessa pergunta. Declararam-se “indiferentes” 26%. Na primeira pergunta, 14% consideraram o papel de Stalin “um pouco negativo” e 5% optaram por “muito negativo”. 11% não souberam responder.

Como registra o instituto de pesquisa, tais sentimentos predominante positivos sobre Stalin são experimentados não apenas pelos partidários do Partido Comunista, mas também entre os eleitores de Vladimir Putin – na mesma proporção – e entre os de Vladimir Zhirinovskiy.

Acontece, ainda, em todas as faixas etárias. É entre os jovens (18-24 anos) que há mais espaço para o crescimento do apreço pessoal por Stalin, na medida em que nessa faixa etária são 26% os que se definem como “indiferentes”.

O Levada notou como houve um deslocamento na opinião pública, desde a predominantemente negati-

va dos anos 2000, para a neutra de 2008, até a positiva de agora.

O “indiferentes” nessa faixa poderia bem estar no mesmo processo do “neutra” de 2008.

Em última instância, como já mostrado em outras pesquisas, o resultado reflete a nostalgia do socialismo e suas conquistas daquela parte da população que viveu a grandeza e igualdade da União Soviética, e os anseios e buscas da nova geração, que se vê parte do renascimento da Rússia e tem ojeriza aos oligarcas.

O Centro Levada também registra – embora a contragosto – que a difamação de Stalin está em franca regressão. Em 2008, apenas 27% não acreditavam na campanha difamatória com os “crimes de Stalin”. Na pesquisa deste ano, 46% já rejeitam a difamação do líder soviético.

A intoxicação contra a figura de Stalin prevaleceu desde o nefando ‘Relatório Krushev’ ao XX Congresso, até a queda da União Soviética sob a perestroika de Gorbachev e a traição aberta de Yeltsin, que levaram à restauração do capitalismo e todas as suas mazelas – tamanha catástrofe que até a expectativa de vida dos russos caiu.

Em 2016, o especialista Aleksei Makarkin, do Centro para Tecnologias Políticas, de Moscou – como registrou no Vermelho o jornalista José Carlos Ruy –, analisou esse desenvolvimento na consciência da população russa como uma reação à perestroika, “quando Stalin foi duramente criticado e seus crimes vieram à tona”, aplicando “a lógica ao contrário”.

Assim, constatado desastre que foi a perestroika – apontou Makarkin – como “esta criticava Stalin” deve-se “supor que ele era bom”.

O que é um bom ponto de partida, é parte da verdade, mas não é toda a verdade, especialmente em um país em que o principal feriado, a principal data nacional, é o 9 de maio, vitória sobre o hitlerismo. Vitória da Grande Guerra Patriótica, reverenciada hoje aos milhões no “Regimento Imortal” e comemorações por toda a Rússia.

Leia matéria completa em horadopovo.org.br

Boeing é denunciada por ‘fabricação defeituosa’ do jato 787 Dreamliner



Aviões 787 na fábrica da Boeing: aparas metálicas na fição trazem risco à segurança.

União Europeia retaliará EUA se sanções afetarem empresas europeias em Cuba

Em carta ao governo Trump, a Comissão Europeia advertiu que será obrigada “a recorrer a todos os instrumentos à sua disposição” – da Organização Mundial do Comércio a represálias espelhadas – se as empresas europeias que atuam em Cuba forem atingidas pela nova onda de sanções anunciadas por Washington para ter início no próximo dia 2.

O Canadá se somou ao protesto europeu contra as sanções e a extraterritorialidade de leis norte-americanas, através da chanceler Chrystia Freeland.

A escalada do bloqueio foi anunciada pelo secretário de Estado, Mike Pompeo, no dia 17, data do 58º aniversário do fracasso da invasão de Playa Giron (Baía dos Porcos, para os mercenários), enquanto o conselheiro de Segurança Nacional John Bolton prestigiava o início pela data com gusanos radicados em Miami.

A partir de 2 de maio, passa a vigorar autorização que permite a abertura de processos em tribunais dos EUA contra empresas estrangeiras que administrem bens confiscados pela revolução, conforme o título III da lei extraterritorial Helms-Burton, de 1996. Cuja aplicação vinha sendo adiada a cada seis meses, nos últimos 20 anos, por todos os presidentes norte-americanos, republicanos ou democratas, em razão do choque aberto com os europeus.

Desde 4 de março já vigorava a autorização para abertura de processos nos EUA contra empresas cubanas nacionalizadas.

“A União Europeia reitera

Coletivo Nicaraguense no Brasil: “Daniel Ortega continua perseguindo opositores”

“Desrespeitando as negociações de paz, o governo de Ortega continua a prender e perseguir ativistas que lutam por liberdades democráticas. Isso é inaceitável”, denunciou Maria Mercedes Salgado, do Coletivo de Nicaraguenses no Brasil, destacando a importância da solidariedade internacional às centenas de presos políticos, em especial Yader Parajón Gutierrez.

Conforme as informações, o jovem membro de uma organização contra as atrocidades do regime orteguista – e que integrou uma delegação que esteve no Brasil no ano passado para alertar para os desmandos da ditadura, foi capturado por policiais próximo à sua casa e brutalmente espancado e preso, na última terça-feira, véspera de uma mobilização em defesa do cumprimento dos acordos de paz.

Desde a brutal repressão iniciada em 18 de abril do ano passado, foram mais de 500 assassinatos e 777 presos políticos, afirmam lideranças de organizações estudantis, ambientais e de familiares de vítimas, sem

che de processos que levaria a “um ciclo autodestrutivo de reivindicações” e perigosa escalada de “litígios, sanções e confiscos” nas duas margens do Atlântico.

“Não haverá exceções” para nenhuma empresa, seja americana ou europeia, asseverou a secretária de Estado adjunta dos EUA para a América Latina e o Caribe, Kimberly Breier.

A atual “lista negra” do governo norte-americano inclui 205 entidades cubanas, uma delas, o Gaviota, o grupo de turismo do governo cubano, que possui 84 hotéis e cede sua operação a cadeias estrangeiras, como a Meliá. O que levou Madri a pedir a ajuda da União Europeia. Conforme El País, as cadeias espanholas “controlam 71% dos quartos de hotel na ilha em mãos estrangeiras”, com um investimento anual de 300 milhões de euros.

Já há cerca de 6 mil ações certificadas perante a assim chamada ‘Comissão para o Acordo de Compensação de Ações Estrangeiras’, órgão do governo norte-americano, visando surrupiar US\$ 9 bilhões do patrimônio público cubano, em prol de espertalhões, parasitas e mercenários radicados em Miami.

Não há pendências com outros países sobre estatições de bens estrangeiros em Cuba porque o governo de Havana negociou com todas as partes, o que só não foi possível com os EUA, porque seu governo sempre se negou a qualquer acordo, na expectativa do benefaço dia em que a Ilha voltaria a ser ‘o bordel da Máfia’.

tando materiais, participando de piquetes, cobrando do governo a execução daquilo que foi acordado”, destacou.

Enquanto a oposição cobra o cumprimento das negociações de paz, sublinhou, o governo tenta ganhar tempo. “Na Nicarágua há um ditado: ‘firmar me háras, pagar jámas’. Quer dizer que se pode assinar tudo, sem cumprir nada. Ortega é conhecido por suas manobras, por tentar ganhar tempo. Daí a importância da mobilização nacional e da solidariedade internacional”, concluiu.

Isolado em sua política vende-pátria, Ortega se encontra diante uma ampla força de rechaço, que inclui personalidades como Ernesto Cardenal, Dora María Téllez, Víctor Hugo Tinoco, Mónica Baltodano, Jaime Wheelock, Alejandro Bendaña, Sergio Ramírez (ex-vice-presidente), o compositor Carlos Mejía Godoy e Henry Ruiz, líderes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) durante a revolução que depôs a ditadura Somoza.

Extensa matéria do jornal New York Times traz depoimentos de ex-gerentes de qualidade e registros federais que relatam desde o uso de peças defeituosas a detritos largados nos aviões

Com seus 737 Max novíssimos em folha parados em terra no mundo inteiro após dois deles caírem em cinco meses matando todos a bordo, a Boeing voltou aos holofotes em reportagem do The New York Times sobre seu outro campeão de vendas, o 787 Dreamliner, que apresenta defeitos grosseiros de fabricação, sob um ritmo de produção frenético e pressões para que trabalhadores e inspetores de qualidade silenciosamente sobre as violações da regulamentação e segurança.

O jornal publicou extensa matéria, com base em “centenas de páginas de e-mails internos, documentos corporativos e registros federais”, em que assevera que a Boeing “teria pressionado os trabalhadores para acelerar a produção, ignorando reclamações sobre potenciais riscos de segurança e fabricação defeituosa” e pratica uma cultura que “frequentemente valoriza a rapidez de produção acima da qualidade”.

Os repórteres também entrevistaram funcionários e ex-funcionários da Boeing e de empresas aéreas que usam o Dreamliner, além de agentes da FAA.

Ao ser apresentado em 2007, o jato de corpo largo ganhou espaço entre as empresas aéreas pela adoção em larga escala de materiais compostos e economia de combustível

CHAVE INGLESA NO KC-46
Mas o problema da falta de qualidade não se limita aos aviões de passageiros e, como registra o NYT, em março a Boeing foi forçada a suspender as entregas do avião-cisterna Pegasus KC-46 (usado para reabastecimento em voo), após a Força Aérea dos EUA ter encontrado “uma chave inglesa, parafusos e lixo” nas entranhas de um dos jatos que recebera.

O KC-46, que substituirá a frota de KC-135, é um desenvolvimento do Boeing 767. “Isso é inaceitável”, teve de dizer a um subcomitê do Congresso em março o secretário assistente da Força Aérea, Will Roper. “Nossas linhas de voo são impecáveis. Nossos depósitos são impecáveis, porque os detritos se traduzem em um problema de segurança.”

Quanto ao Dreamliner, lançado em 2011, não é o primeiro problema detectado. Incêndios das baterias de lítio que propiciam a energia para o avião levaram a que o modelo tivesse operações interrompidas no mundo inteiro por quatro meses em 2013, até que a Boeing conseguisse fazer o remendo.

Durante a fase de testes, em novembro de 2010 um voo precisou ser interrompido após curto-circuito e início de incêndio, cuja causa, apurou-se depois, deveu-se a detritos largados junto da parte elétrica do avião.

Apesar de admitir os problemas em outras fábricas da Boeing, o NYT se concentra na nova unidade fabril na Carolina do Sul, em North Charleston. Para se decidir pela localização da nova fábrica, duas questões pesaram na escolha da Boeing: isenções fiscais de quase US\$ 1 bilhão e salários mais baixos em consequência da fraqueza da atuação sindical nos estados sulistas.

O jornal acrescenta que a mão de obra local tinha uma formação insuficiente e que a Boeing não queria trazer pessoal de fábricas onde a sindicalização – e os salários – eram maiores.

Como o NYT não pode ser acusado de fazer lobby pela concorrência Airbus, depreende-se que a fedentina na Boeing está se tornando insuportável e alguém está achando que é preciso dar uma segurada, antes que a situação saia de controle.

Ou, quem sabe, as co-irmãs do setor bélico norte-americano não andam muito

contentes com a imparcialidade do atual secretário do Pentágono e ex-executivo da Boeing, Patrick Shanahan.

A matéria ressalta que “em uma indústria onde a segurança é fundamental, as preocupações coletivas envolvendo dois aviões importantes da Boeing – o cavalo de batalha da empresa, o 737 Max, e outra joia da coroa, o 787 Dreamliner – apontam para problemas potencialmente sistêmicos”.

Reguladores e legisladores estão analisando “com mais profundidade as prioridades da Boeing e se os lucros às vezes superam a segurança”, acrescenta o NYT.

“A liderança da Boeing, uma das maiores exportadoras do país, encontra-se agora na posição desconhecida de ter que defender suas práticas e motivações”, advertte o jornal.

Voltando ao Dreamliner, o certo é que, conforme o NYT, “os lapsos de segurança na fábrica de North Charleston atraíram o escrutínio das companhias aéreas e dos reguladores” e a Qatar Airways até parou de aceitar aviões fabricados em North Charleston. A Boeing também produz o modelo na fábrica de Everett, no estado de Washington.

Acrescenta o jornal que trabalhadores “registraram cerca de uma dúzia de reclamações de segurança com os reguladores federais”, sobre “fabricação defeituosa” e “detritos deixados em aviões”. Os relatos incluem denúncia de pressão da Boeing sobre os trabalhadores para que as violações [das normas de segurança] não fossem relatadas e de retaliações àqueles que denunciaram erros de fabricação.

Entre as violações se incluem “peças defeituosas” instaladas no Dreamliner, “ferramentas e aparas de metal” rotineiramente deixadas “dentro de jatos, geralmente perto de sistemas aéreos” e até voos de teste com “destroços em um motor e uma cauda”.

O ex-gerente da qualidade da Boeing por quase três décadas, John Barnett, disse ao NYT ter descoberto “aglomerados de lascas de metal pairando sobre a fição que comanda os controles de voo”. O que chamou de “catastrófico”, se as peças afiadas de metal – produzidas quando os fixadores são encaixados nas porcas – penetrassem na fição elétrica.

PERSEGUIÇÃO

Ele disse que, ao invés de ser ouvido, a gerência da Boeing o mudou para outra parte da fábrica.

Problema confirmado pelo porta-voz da agência federal encarregada pela aviação civil (FAA), Lynn Lunsford, que disse que aviões certificados pela Boeing como livres de tais detritos, quando inspecionados, continham lascas de metal. O que poderia, como notou, “levar a curtos-circuitos e causar incêndios”.

Em 2017, a FAA emitiu uma diretiva exigindo que os Dreamliners fossem “limpos de aparas antes de serem entregues”. Segundo dois especialistas, aparas podem ter danificado um avião em serviço em uma ocasião em 2012. A Boeing assevera que está trabalhando com o fornecedor para melhorar o design da porca.

Note-se que a FAA é conhecida por deixar a fiscalização da Boeing por conta da própria Boeing, como se tornou público com o escândalo do 737 Max.

Outro técnico ouvido pelo NYT – este, ainda trabalhando na fábrica de North Charleston –, relatou ter achado “chicletes que seguravam parte da guarnição de uma porta” quando inspecionava um avião prestes a ser entregue.

A.P.
Leia matéria completa em www.horadopovo.org.br

“O Tiradentes”: uma obra do tamanho de seu personagem

Lucas Figueiredo é também autor do livro “O operador – Como (e a mando de quem) Marcos Valério irrigou os cofres do PSDB e do PT”

SÉRGIO CRUZ

Durante a campanha presidencial de 2018, tive a oportunidade e o prazer de conhecer um grande profissional de comunicação. O jornalista Gustavo Nolasco, um morador de Belo Horizonte, cruzeirense e conhecedor das boas cachaças.

Trabalhamos juntos na campanha eleitoral do ex-deputado João Vicente, filho do ex-presidente João Goulart, destituído pelo golpe militar de 1964. Aprendi muito com a experiência de Nolasco e, como bons mineiros, ouvimos e contamos muitos “causos” sobre as terras que “os mares não conseguem beijar”.

Foi ele quem primeiro me sugeriu a leitura da obra de seu amigo e nosso conterrâneo, Lucas Figueiredo, sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira. O livro, “O Tiradentes Uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier”, editado pela Companhia das Letras, acabara de ser lançado.

Lucas já havia publicado livros sobre os porões da ditadura e, agora, mergulhara como poucos nos porões da monarquia portuguesa. Foi também autor do livro “O operador – Como (e a mando de quem) Marcos Valério irrigou os cofres do PSDB e do PT”, da Editora Record, onde se detém nos primórdios dos esquemas monopolistas que assaltaram o Estado brasileiro.

A indicação da obra de Lucas Figueiredo sobre Tiradentes por parte de Nolasco surgiu de uma prosa que tivemos sobre a importância da revolta ocorrida nas montanhas de Minas. Tanto ele quanto eu estávamos com grandes expectativas em relação aos novos escritos. Até porque, a Inconfidência Mineira é nada menos do que o início da revolução de libertação do Brasil.

Percebemos que éramos dois grandes interessados pelo movimento revolucionário liderado por Tiradentes. Falamos bastante sobre as dificuldades que o leitor brasileiro encontra em acessar trabalhos sérios sobre esse tema.

É de se salientar que a divulgação da verdade dos fatos históricos relacionados às lutas de libertação, quase sempre não interessa aos colonizadores. Quando divulgam, o fazem, na maioria das vezes, distorcendo a verdade.

A luta se manifesta, muitas vezes agudamente, muito tempo depois dos fatos ocorridos, quando do registro histórico sobre eles. Os poderosos, quando derrotados, frequentemente tentam “rever” a história. Sempre com o objetivo de denegrir os patriotas e os revolucionários.

Se até os golpistas e serviços do Departamento de Estado do EUA, que derrubaram Jango com tanques na rua em 1964, se acharam no direito de inventar histórias da carochinha sobre o golpe, como fizeram recentemente – após a chegada de alguns de seus puxa-sacos ao poder – imaginem o que não se inventou de mentiras e calúnias contra os ‘subversivos’ inconfidentes de 1789.

A inconfidência foi o movimento que lançou as bases de um programa de independência do Brasil, que propugnava o rompimento com o regime colonial português em crise, que defendia deitar por terra a monarquia e instalar a República Brasileira, acabar com a criminosa escravidão, difundir



a indústria, o ensino público e interiorizar a capital...

Todo esse vigoroso projeto de nação foi levado à frente em condições extremamente difíceis. As reuniões dos inconfidentes eram clandestinas, não havia registros, qualquer delação poderia – como acabou ocorrendo – significar a prisão, o exílio ou a morte.

Por isso, os únicos documentos que servem de fonte primária aos pesquisadores são os Autos da Devassa, dois relatórios elaborados simultaneamente pelas forças da repressão de Minas e do Rio de Janeiro. Todos os depoimentos dos conjurados estão nesses autos.

Esses documentos, que a mando de Martinho Melo e Castro, ministro de Assuntos Ultramarinos de Portugal, foram unificados num só, permaneceram sigilosos durante todo o Império e a Velha República.

Somente em 1936, dentro do projeto de resgate político e histórico da Inconfidência Mineira, Getúlio Vargas, comandante da revolução que destronou a oligarquia cafeeira, mandou publicá-los.

Elaborado pelos colonizadores, os relatórios retratam os fatos ocorridos no final do século XVIII, com o viés de quem detinha o poder.

Figueiredo aborda as dificuldades com as quais qualquer pesquisador se depara quando pretende obter informações verdadeiras a respeito do movimento de 1789.

“Todo pesquisador que se atreve a estudar o universo da Conjuração Mineira e seus personagens vê-se diante do mesmo dilema: até onde é possível confiar nos documentos do século XVIII referentes a esse evento histórico?”, indaga Figueiredo. “(...) os cerca de 350 depoimentos de réus e testemunhas foram colhidos em circunstâncias controversas, com uso de forte pressão psicológica e até mesmo ‘tratados’ (isto é, tortura)”, prossegue o autor. “Em suma, são várias as camadas de embuste sobpostas umas às outras”, conclui.

Mas, tanto o autor desta vibrante obra sobre Tiradentes, quanto nós, que publicamos o livro “Pátria Livre Ainda que Tardia” (Editora Nelpa), fizemos estudos nos Autos da Devassa, como se garimpássemos as informações. Principalmente, como relata Figueiredo, com um “olhar muito crítico e muito atento”.

Ele destaca: “o documento é traíçoeiro, mas, com um garimpo paciente, é possível extrair dele uma história – ou melhor, várias histórias”. Figueiredo explica que checou, cotejou e conferiu pacientemente as mais diversas informações comparando-as com outras fontes e conseguiu “desatar muitos nós”.

Poucas obras fizeram um estudo tão vasto da vida do alferes de Minas como a “biografia” de Tiradentes, de Lucas Figueiredo. O autor descreve muitas facetas da vida do militar. A riqueza dos detalhes é impressionante.

Além da descoberta de episó-



dios até então pouco conhecidos sobre a juventude e os hábitos do alferes – como o fato dele possuir um relógio inglês de excelente qualidade – e de ter tido um papel destacado na repressão aos ladrões e criminosos da Mantiqueira, Figueiredo aborda muito bem as articulações políticas feitas por ele no movimento independentista.

Certa feita, ao traduzir um texto de Rui Mauro Marini sobre Tiradentes, passei a achar que Marini, apesar de não ser historiador, tinha produzido, com seu texto “Tiradentes ontem e hoje”, de 1968, o melhor resgate histórico sobre a Inconfidência até então. Elaborado durante o exílio de Marini no Chile, o texto estava em espanhol. Nós o traduzimos.

Marini, no meu ponto de vista, havia suplantado o também brilhante trabalho de Luis Wanderley Torres “A áspera estrada para a Liberdade”.

Mas, certamente, o trabalho apresentado agora por Lucas Figueiredo é mais completo, mais abrangente e mais rigoroso do que tudo o que foi feito até aqui sobre o tema.

Mesmo autores como Kenneth Maxwell, com quem polemizo em meu livro, citado acima, reconhecem a importância dessa obra, e até prefaciaram o livro de Figueiredo. “Esperamos muito tempo para saber a verdade sobre Tiradentes. E, agora, graças ao livro cuidadoso, elegante e inovador de Lucas Figueiredo, nós a temos”, disse Maxwell.

Esse “reconhecimento” de Maxwell de que, agora está em condições de conhecer a verdade sobre Tiradentes pode ser vista como uma certa auto-crítica de seu livro “A Devassa da Devassa”.

Diferente do autor anglo-americano, que simplesmente repetiu acriticamente o que diziam os monarquistas sobre Tiradentes, Lucas, com sua “biografia de Tiradentes”, além de aprofundar a pesquisa sobre a vida pessoal do alferes, descreveu com muita exatidão as circunstâncias e a força de sua liderança.

Ele mostrou como poucos a crise do sistema colonial baseado na extração mineral e apontou com precisão o grau de consciência que o alferes tinha dessa situação.

Isso é muito importante porque nós sabemos que é na interpretação dos fatos históricos que há uma luta renhida sobre qual versão deve prevalecer.

Os colonizadores e seus “his-

toriadores” costumam caracterizar os inconfidentes como uma “elite infame”, como “inféis”, “caloteiros de impostos”, “lunáticos”, etc. Para eles, seu principal líder, nosso Herói Nacional, não passava de um boquirroto, de um bode expiatório.

Os exploradores do Brasil odiavam os inconfidentes. Tinham que destruir sua imagem e sua influência. Isto era fundamental para seguirem com sua dominação. Seu ódio a Tiradentes e a seus companheiros tinha um motivo: foram eles que lançaram o chamamento ao povo para acabar com sua vida mansa e com a mamata que eles tinham no Brasil.

Era natural que eles não quisessem que os revoltosos fossem vistos como líderes ou como heróis. Para eles, tinham que ser simples bandidos, traidores e assim deviam ser tratados.

Por isso a luta pela versão verdadeira dos fatos relativos à inconfidência segue até hoje. Livros como este de Lucas Figueiredo contribuem de forma significativa para o esclarecimento da verdade histórica.

Uma análise detida daquele período evidencia que o alferes tinha uma consciência política muito mais avançada do que um bom número de autores conseguiu aquilatar até agora.

Figueiredo, diferente de Maxwell e outros autores, que foram muito influenciados pelas versões dos monarquistas – particularmente por Joaquim Norberto – perceberam claramente que Joaquim José da Silva Xavier foi uma das maiores figuras da nacionalidade.

Foi o grande líder da Inconfidência e não um simples “bode expiatório da elite mineira”. Ele conseguiu liderar amplos segmentos da sociedade na busca da independência e do desenvolvimento nacional.

Mais do que isso, Figueiredo alinhava bem em seu texto a participação ativa também de outros personagens como José Joaquim da Maia, que, junto com Tiradentes, articulou o apoio à revolução brasileira dos franceses, que fariam pouco depois uma intervenção cirúrgica em Maria Antonieta, e os promotores da independência americana, dois dos principais movimentos revolucionários da época.

A subestimação da participação e do papel de Tiradentes em todo esse processo, faz com que alguns autores não consigam entender a amplitude do revolucionário e nem mesmo

do movimento de Minas Gerais. Não enxergam o papel de vanguarda do alferes. Figueiredo e seu livro recolocam tudo em seu devido lugar.

A Carta Régia de 1785, proibindo fábricas no Brasil, abriu a crise. Este foi o momento em que os “de baixo” decidiram não mais aceitar as ordens dos “de cima”. Os brasileiros perceberam que o Brasil era um país muito grande para continuar preso na camisa de força do colonialismo português. Viram que a prioridade na extração de ouro das Minas Gerais para enviar tudo para a Europa estava fadada a afundar o país.

A falência da coroa portuguesa e sua submissão aos ingleses, impedindo a industrialização, tanto sua, quanto de suas colônias, agravaram ainda mais a crise do modelo. Estava aberta uma situação revolucionária.

O alferes, o estudante Joaquim da Maia, a maior parte dos inconfidentes, além dos comerciantes do Rio, artesãos e fazendeiros, decidiram não mais se submeter à rapina colonial.

Já em 1785, como consequência dessa situação, ocorria a reunião secreta de brasileiros em Coimbra, onde foi firmado o “Pacto dos 12” pela independência. Dela participaram, entre outros, Joaquim da Maia e José Álvares Maciel. Tudo isto está no depoimento do médico Domingos Vidal Barbosa, que lá também esteve.

Neste mesmo ano, de Paris, para onde se deslocou, Álvares Maciel manda uma mensagem para seu cunhado Paula Freire, comandante das tropas de Minas e chefe de Tiradentes, pedindo que este enviasse um emissário com informações sobre a situação política e econômica do Brasil.

Essas informações, que foram pedidas por Thomas Jefferson e pelos líderes da Revolução Francesa, foram obtidas por Tiradentes junto ao cartógrafo José Joaquim da Rocha, como confirmou o depoimento do delator Basílio de Brito Malheiros. Tudo isso é tratado no livro por Lucas Figueiredo.

A pesquisadora gaúcha Isolde Helena Brans revela, em seu livro “Tiradentes Face a Face”, uma cronologia onde o alferes faz todos os movimentos táticos em sintonia com um plano estratégico elaborado pelos revolucionários. “De julho de 1787 até janeiro de 1788 será o tempo de espera, pedido por Thomas Jefferson na conversa com Maciel e outros.

Quando são apresentadas,

Com uma extensa pesquisa, o autor reconstituiu a história de Joaquim José da Silva Xavier (Foto: Companhia das Letras)

em 1788, por Jefferson, as condições para o apoio, (pagamento de soldados, compra de trigo de bacalhau americanos, além da venda de carne pelo Brasil), Tiradentes já toma providências imediatas para atendê-las. Pede à Rainha autorização para a construção de um armazém no porto do Rio de Janeiro. Provavelmente para viabilizar o comércio do trigo e a venda das carnes.

No depoimento de Antônio Carlos de Oliveira Lopes, ele mostra que o alferes fez vários movimentos para levantar fundos para a revolução. Desde criar um moinho e canalizar as águas dos rios Maracanã e Andaraí para colocá-las a serviço da população, até seguir a sugestão dada por Jefferson de se apoderar do carregamento dos impostos em ouro da coroa.

“A fragata que recolherá os quintos chegará nos próximos dias, precisamos nos apressar”, diz o alferes a Silvério dos Reis, ao encontrá-lo, pouco antes de sua traição.

Se as ações do comandante da revolta não forem analisadas no contexto desta cronologia, muitas delas tornam-se incompreensíveis. Não era para se enriquecer que o alferes estava tentando fazer obras no Rio. Era para levantar recursos para a revolução.

Este é um ponto fundamental a ser entendido. Tiradentes organizou toda a luta da libertação do Brasil. Por isso pagou com a própria vida.

O livro de Lucas Figueiredo teve o mérito de descrever todos esses fatos com seriedade. Toda essa atuação revolucionária de Tiradentes está nas páginas da “biografia”.

A contribuição deste livro para o entendimento da verdade dos fatos sobre a inconfidência, portanto, é muito grande.

Seu trabalho, e a riqueza de detalhes trazidas à luz por ele, nos permite dizer que esta obra é uma das maiores já realizadas até agora e passa a ser uma fonte indispensável para as pesquisas sobre a Inconfidência Mineira.

“O Tiradentes Uma Biografia de Joaquim José da Silva Xavier” é uma leitura indispensável.